



# ACTA N.º 1/2010

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro, de dois mil e dez, no auditório do Centro Associativo Municipal de Leiria, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem faltaram os seguintes: José Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia da Memória.

Os senhores deputados, Carlos Alberto Garcia Poço, Manuel de Jesus Antunes, Manuel José Santos de Carvalho, Maria Paula Nunes dos Santos Oliveira, Teófilo Araújo dos Santos e Ventura José Rolo Tomaz, Presidente da Junta de Freguesia de Coimbra, fizeram-se substituir nos termos do n.º 1 do artigo 30º do Regimento respectivamente por: Alda Maria Coelho Pereira, Maria de Fátima Sismeiro, Nuno José Serrano, João Curado e Silva, Domingos Marques das Neves e Lucília da Silva Letra.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o senhor Presidente, Raul Miguel Castro e os senhores Vereadores: Maria de Lurdes Machado, Gonçalo Lopes, Luciano de Almeida, Isabel Maria Gonçalves, Lino Pereira, Neusa Magalhães, Blandina Oliveira, José Manuel Benzinho da Silva e Carlos Manuel Vitorino. O senhor vereador António Martinho Gomes esteve ausente.

A sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores deputados José da Silva Alves e Maria Manuela Miranda Santos, 1º e 2º Secretários da Mesa respectivamente.

Havendo quórum, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.15 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**



1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
2. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS NO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL – Apreciação, e votação;
3. NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – – Apreciação e votação;
4. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS E ESPAÇOS VERDES. ACTUALIZAÇÃO DOS VALORES DO FUNDO MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - Apreciação, discussão e votação;
5. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE MONTE REAL E SANTA EUFÉMIA. ALTERAÇÃO DOS OBJECTOS - Apreciação, discussão e votação;
6. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE POUSOS PARA REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS DE 2009. ALTERAÇÃO AO OBJECTO DO PROTOCOLO – Apreciação, discussão e votação;
7. ADENDA AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS “MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESCOLAS DO 1º CICLO E PRÉ-ESCOLAR” – Apreciação, discussão e votação;
8. REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DAS FEIRAS DO CONCELHO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;
9. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;



### ***PRESIDENTE DA MESA O***

Muito boa noite a todos!

Eu pedia a atenção das senhoras e dos senhores deputados para uma questão prévia.

Entendi trazer aqui, hoje, uma declaração que gostaria que fosse uma declaração nossa. Não é minha, como deputado eleito de um partido político, não emana, como verão, aliás, pela escrita, do partido pelo qual me fiz eleger, gostaria que ela fosse do Presidente da Assembleia, em nome da Assembleia Municipal. E para que assim fosse, gostaria que ela fosse feita agora, antes do período de “antes



da ordem do dia”, ou seja, no momento em que a sessão está para começar, para que fosse algo da Assembleia Municipal.

Se os senhores deputados me permitem e confiam em mim, eu fá-lo-ia e faço-o em pé pelo respeito que o assunto me merece.

*“Há uma semana, uma parte de nós foi vítima inesperada da imprevisibilidade da natureza: a Madeira, cenário habitual de lazer, calma e encantamento, conheceu a tristeza, a tragédia, o luto, a dor, a morte.*

*Quando assim é, somos todos nós que sofremos pesadas perdas; e bem se ajustam, aqui, as palavras do poeta inglês John Donne, que apetece, agora, parafrasear. Estes sinos que dobram, de facto, é por nós que dobram.*

*Porque assim é, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 26 de Fevereiro de 2010, decide aprovar um voto de profundo pesar pelas vítimas mortais dos temporais da Madeira e expressar ao povo madeirense, através do seu Governo Regional, a sua sentida solidariedade. ”*

Deixaria este texto à vossa consideração; se nenhuma manifestação houver, considero-me mandatado para o transmitir ao Governo Regional da Madeira em nome desta Assembleia.

Tenho, portanto, o vosso apoio. Tenho comigo outras manifestações, os autores dessas manifestações se entenderem mantê-las, entregá-las-ão no período de “antes da ordem do dia” como é normal que aconteça. Suponho que ninguém me levará a mal que o tenha feito neste momento, não adoptando qualquer regra regimental, mas porque me parece que nos ficava bem ser a Assembleia, enquanto tal, sem quaisquer fracturas, a fazê-lo. E podem crer que tentei que estas palavras expressassem aquilo que seguramente todos nós sentimos.

### **PRESIDENTE DA MESA ()**

Vamos então iniciar os trabalhos com a apreciação da acta da última sessão, foi distribuída, é do conhecimento de todos os membros da Assembleia, alguém pretende pronunciar-se sobre a acta?

Se forem questões meramente de português poderão enviar depois para os serviços de apoio. Não havendo mais manifestações em relação à acta eu ponho a acta à votação.

Quem vota contra?



Quem se abstém? Três abstenções!

**A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com três abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 28 de Dezembro de 2009.**

Gostaria de informar as senhoras deputadas e os senhores deputados de que, o senhor deputado Manuel Antunes não está presente, é substituído pela deputada Fátima Sismeiro, a senhora deputada Maria Paula Oliveira não está presente é substituída pelos senhor deputado João Curado e Silva, o senhor deputado Teófilo Santos também justificou a falta e é substituído pelo deputado Domingos Neves, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão não está presente e é substituído pela secretária da Junta de Freguesia, Lucília da Silva Letra, o deputado Carlos Poço justificou a falta é substituído pela deputada Alda Pereira, e o deputado Manuel José Carvalho é substituído pelo deputado Nuno Serrano. Estas são as justificações de falta que me chegaram.

E antes ainda do período de “antes da ordem do dia”, tenho um pedido de inscrição. Como sabem, utilizamos a mesma prática que se utilizou em outros anos, o público tem direito a falar no final das sessões. A nossa prática é que se o público manifestar ao Presidente da Assembleia a intenção de falar antes da sessão, é-lhe concedida a satisfação desse desejo. Portanto, eu chamo o cidadão Pedro de Oliveira para nos dirigir a palavra.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

***PEDRO OLIVEIRA (MUNICÍPE)***

Boa noite!

Senhor Presidente e senhores deputados muito obrigado por nos terem recebido. Como parte da Assembleia provavelmente deve saber, a situação em que o Nariz - Teatro de Grupo se encontra, através da comunicação social e não só, gostava de passar a ler um comunicado e de expressar muito brevemente a nossa situação.

O Nariz – Teatro de Grupo é uma associação cultural que se dedica, há quinze anos, à produção profissional de espectáculos de teatro.

A formação e o apoio a grupos de teatro de amadores dos concelhos da Região, tem sido um investimento central do seu trabalho.



O Nariz – Teatro de Grupo promove e assegura, há quinze anos, a realização do ACASO – Festival de Teatro, único festival de teatro profissional do Distrito de Leiria e um dos mais importantes da Região Centro.

O Nariz – Teatro de Grupo, tem casa, desde 1994 no coração do Centro Histórico de Leiria, num espaço cedido pelo Orfeão de Leiria/CA, conhecido por “Orfeão Velho”.

Neste espaço, desde sempre, o Nariz preparou, ensaiou e apresentou as suas produções teatrais.

Neste espaço funciona, desde 2007 o “Recreio dos Artistas” – programação cultural que acolhe projectos das várias expressões artísticas, amadoras ou profissionais, emergentes ou reconhecidas.

Neste espaço existe, desde 2008, uma livraria com representação de várias editoras independentes.

O Nariz – Teatro de Grupo vai ficar sem espaço para trabalhar, por decisão unilateral do Orfeão de Leiria/CA, ficando assim comprometidas todas as actividades desenvolvidas desde a sua fundação!

O prazo para a saída do edifício é 11 de Abril do corrente ano.

Tão precipitada decisão põe em causa o plano de actividades da Associação, os espectáculos em carteira e as novas produções.

Por tudo isto, pelo respeito pelo teatro e pelo seu público, pelo direito à produção e fruição culturais, é urgente encontrar uma solução que garanta um espaço digno onde O Nariz - Teatro de Grupo continue a desenvolver este trabalho, na cidade de Leiria.

Apela-se, entretanto, à entidade competente, que faculte a permanência do Nariz, no espaço actual, até à solução definitiva se concretizar.

Queria dizer só mais uma coisa, se me permitem.

Este é um problema recente e perante um problema há que tomar atitudes e procurar soluções, pela nossa parte, até junto com o senhor Presidente da Câmara Municipal, tem mostrado abertura para que se encontre soluções para este problema. Pelo nosso lado, temos procurado várias soluções para este problema, em espaços diferenciados da cidade, o que até agora não nos foi possível arranjar um espaço que se coadune com as actividades que desenvolvemos, e, informando os senhores deputados, como devem saber o



teatro precisa de um palco, porque sem palco não há teatro. Logo, o espaço que se coadune com os nossos sentimentos e com as nossas produções e com a nossa vivência tem que ter um palco, o que não é fácil de arranjar. No entanto, já apresentámos algumas soluções, algumas propostas, já fizemos chegar à Câmara Municipal uma proposta de residência artística no Teatro Miguel Franco, que pensamos que pela ocupação que tem em termos culturais que também pode receber uma companhia de teatro ou de dança, ou de outra área artística que possa ter uma residência artística no espaço e não esqueçamos que aquele espaço chama-se Teatro Miguel Franco, que foi um dos dramaturgos de Leiria se não um dos mais importantes e que ainda está na memória de muita gente.

Outra solução seria o espaço do MIMO, do antigo MIMO, como sede não como palco, e outra solução que também já apontámos seria uma solução provisória, portanto efémera, no chamado vulgo "buraco", na Rua Direita, onde possamos construir num prazo de x anos uma instalação efémera que se possa depois deslocar para outro lado, o chamado estaleiro teatral, naquele espaço municipal, enquanto não há solução. Nós temo-nos mexido, temos procurado, não é fácil procurar espaços dentro da cidade, como toda a gente sabe, mas temos este problema para resolver, nós somos um grupo vocacionado essencialmente para um público urbano, na nossa forma de estar no teatro, e pensamos que o nosso local de trabalho será na cidade de Leiria como sempre foi até agora.

E por isso, aqui estamos a tentar chamar a atenção, para aqueles que conhecem a situação e para os que não conhecem, que possam discutir, que possam mover mundos e fundos para que uma associação cultural com este trabalho que tem vindo a desenvolver ao longo destes anos, que de um mês para o outro não fique em causa a sua sobrevivência, porque, só para terminar, o objecto artístico é condicionado pelo espaço, e quando assim é logo não pode ser também qualquer espaço onde se desenvolva estas actividades. Portanto o que nós pedimos é que dentro da cidade de Leiria, quem souber, quem tiver conhecimentos, que nos ajude no fundo a encontrar uma solução para o teatro em Leiria. Nós fazemos parte do teatro em Leiria, não somos os únicos, mas sem nós o público, e nós fazemos teatro é para o público, o público é quem mais nós respeitamos, fica a perder. Muito obrigado.



## **PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado.

Ainda antes do período de “antes da ordem do dia”, eu gostaria de dar duas informações. Recebi, através da Câmara Municipal, o seguinte correio da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género:

*“A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, no quadro da sua missão para garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção da defesa da igualdade de género, pretende realizar em colaboração com as Autarquias Locais Assembleias Municipais temáticas integradas no projecto “Tackling Discriminations Locally, Aiming to Achieve Equality Globally”, inserido no programa PROGRESS 2007-2013. Neste sentido gostaríamos de convidá-lo a realizar uma Assembleia Municipal temática subordinada ao tema: “Igualdade na Diversidade, com vista a uma Sociedade Justa”.*

Depois o resto, é um parágrafo dirigido à Câmara Municipal, que não nos importa referir aqui, e a seguir diz-se que as assembleias decorrerão no período entre Março e Novembro do corrente ano. Pessoalmente entendo, que faz todo o sentido que nós realizemos uma assembleia temática sobre esta questão, uma vez que, além do mais, é promovida pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Fá-lo-ei a menos que a Assembleia Municipal me diga que o não devo fazer, e se assim for, contactarei a referida Comissão falando da nossa disponibilidade, porque depois a data terá que ser acertada com a Comissão.

Se nenhuma das senhoras deputadas ou dos senhores deputados municipais se pronunciar no sentido de contrariar esta minha intenção, assim farei.

Posso presumir do vosso silêncio que devo fazê-lo!

Portanto, eu informarei a Comissão de que a Assembleia Municipal de Leiria terá todo o gosto em realizar uma Assembleia Municipal temática sobre a questão da igualdade de género. E a partir daí depois, entender-me-ei com a Comissão no sentido da definição da data.

A segunda e última informação, depois entramos no período de “antes da ordem do dia”, é sobre a localização das assembleias municipais.

É minha intenção manter um projecto que o meu antecessor, o Professor Manuel Antunes, veio desenvolvendo, do meu ponto de vista com inteiro mérito, de realizar assembleias municipais fora da cidade de Leiria. Parece-me que é



interessante levar estes nossos debates para junto das populações. Como queria marcar uma, fiz como fez o Professor Manuel Antunes, fui perguntando. Obviamente que isto mudará de cenário, umas vezes no interior outras vezes num cenário mais urbano, rodando por freguesias que são lideradas pelos dois partidos que lideram as freguesias no concelho de Leiria. Desta vez a minha opção foi num cenário que ainda é meio urbano, a Freguesia da Maceira, suponho que ninguém terá nada a objectar, é uma das grandes freguesias do concelho. Eu propunha que a próxima Assembleia Municipal se realizasse na Freguesia da Maceira, obviamente que não o fiz sem primeiro consultar o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Maceira. Isto vai acontecer com muita regularidade, terei o cuidado depois de contactar outro Presidente de Junta de Freguesia, no sentido de realizar outra assembleia municipal. Mas a próxima será em Abril e será na Freguesia da Maceira.

Fica a informação. Não há nenhuma objecção da vossa parte, presumo.

## **ANTES DA ORDEM DO DIA**

### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Entramos no período de “antes da ordem do dia”.

Antes de ele começar já tinha recebido várias inscrições. Passo por cima de todas elas, para dar a palavra apenas sobre o assunto que justificou a minha intervenção inicial também, ao senhor deputado João Cunha.

### ***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

Em primeiro lugar, uma saudação especial a todos os presentes, na pessoa do senhor Presidente e uma saudação também, naturalmente, ao senhor Presidente da Câmara e a toda a vereação. Uma saudação especial a toda a comunicação social presente, ao *staff* de apoio e ao digníssimo público, a todos, boa noite.

Eu tinha, antes da Assembleia Municipal ter começado, entregue na Mesa, uma proposta de uma Moção sobre a questão da Madeira. O senhor Presidente da Mesa já expôs digamos assim, o contexto que tinha na ideia, que eu sufrago completamente. De todo o modo, dado que a minha proposta tinha um outro item que acrescentaria à ideia expressa aqui pelo senhor Presidente da Mesa, e





porque já tinha entregue à Mesa essa mesma Moção, vou só ler o texto mas não vou apresentar a Moção por razões óbvias.

*“Tendo em conta a tragédia colectiva que se abateu recentemente sobre a Região Autónoma da Madeira, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida no dia 26 de Fevereiro de 2010 em sessão ordinária, delibera:*

- 1. Expressar às famílias enlutadas as mais sentidas condolências;*
- 2. Afirmar ao Povo Madeirense a sua mais ampla solidariedade nesta hora difícil, afirmando a necessidade de uma comunhão de esforços na reconstrução;*
- 3. Constatar, congratulando-se, com o exemplo de entreatajuda, responsabilidade e empenhamento colectivo dado pelo Povo Madeirense e por todos os responsáveis, face à situação adversa que estão a enfrentar;*
- 4. Sublinhar a preocupação, já expressa por aqueles responsáveis, de que a reconstrução a desenvolver possibilite a introdução de formas integradas de urbanismo em significativa simbiose com a natural geosituação da Madeira;*
- 5. Apelar à continuação da solidariedade externa e à compreensão geral por este excepcional momento da Região Autónoma da Madeira.”*

Era apenas isto. Muito obrigado.

### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

A norma seria que esta moção ficasse adiada para o final da sessão. Mais uma vez, infringiria o Regimento e proporia o seguinte:

Há três pontos na moção do senhor deputado João Cunha que encaixam perfeitamente na Moção que eu apresentei. Os três pontos finais que não estão na minha moção e que eu não terei nenhuma relutância em incluir na moção que eu próprio apresentei, e fazer dela a Moção da Assembleia Municipal que seria todo o texto que eu li. E onde se diz “aprovar um voto de profundo pesar pelas vítimas...”etc., a partir daí, entrava o ponto três, quatro e cinco do texto que leu o senhor deputado João Cunha. Se o senhor deputado aceitar amputar a sua moção, desses três pontos, ficaria o texto completo. Pode ser?



A Assembleia não tem nenhuma objecção e portanto será isso que será transmitido, tal como estava no texto da minha moção, ao Presidente do Governo Regional da Madeira.

Tem agora a palavra o senhor deputado José Manuel Silva. As outras inscrições que tenho são da senhora deputada Laura Esperança, do senhor deputado Pedro Biscaia, do senhor deputado Francisco André, da senhora deputada Patricia Ervilha e do senhor deputado Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Azoia.

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)***

José Manuel Silva, Partido Socialista.

Senhor Presidente, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara, ilustre vereação. Aproveitava para fazer aqui um cumprimento especial ao senhor vereador que agora tomou posse, Dr. Luciano de Almeida, meu ilustre colega e amigo, julgo que é a primeira vez que temos o prazer de o ver aqui.

Gostava de fazer uma intervenção sobre dois pontos.

A primeira parte da intervenção, é sobre aquilo que nós julgamos que deve ser aqui salientado, relativamente a um conjunto de medidas que o executivo camarário tomou nestes primeiros cem dias de governação, e que nós gostávamos aqui de sinalizar.

Introduziram-se regras de rigor orçamental e de contenção da despesa corrente, intervencionaram-se matérias do tipo horas extraordinárias, fixaram-se plafonds para telemóveis, a formação do pessoal passou a ser feita em Leiria preferencialmente, e passou a haver um controlo mais estrito das dívidas.

As contas da Câmara foram objecto de auditoria, e disso foi dado conhecimento público, na altura, do pedido de auditoria à Inspecção Geral de Finanças, foi contratada uma empresa independente para auditar as finanças da autarquia, foram aprovadas reduções nas taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, IMI e Derrama, bem como, o Imposto sobre o rendimento de Pessoas Singulares. Foram melhoradas e inauguradas habitações sociais, implementou-se o Regulamento Municipal de Participação na Aquisição de Medicamentos a Pessoas Carenciadas, criou-se o Gabinete de Inserção Profissional, iniciou-se com o Ministério da Administração Interna a preparação do contrato local de segurança do Município de Leiria, e as negociações para a instalação do posto de



atendimento e informação da PSP no Centro Histórico. Simplificou-se o programa de apoio ao associativismo juvenil, regularizou-se o trânsito na cidade com medidas efectivas e consistentes, como é exemplo a intervenção no Largo Cónego Maia, eliminou-se a proibição de circulação aos Domingos e feriados no centro da cidade, iniciou-se a obra na Estrada Atlântica, renovou-se a certificação de qualidade na área das obras municipais, reorganizaram-se os serviços de modo a cumprir com os prazos legais de licenciamento, aliás esta questão tem sido uma questão particularmente referida como muito positiva, reviu-se o Regulamento/Tabela das Taxas e Licenças, iniciou-se a construção do Centro Escolar Correia Mateus, dotaram-se as escolas de novos alarmes, fez-se o levantamento de necessidades de equipamentos de aquecimento nas escolas, estando já três escolas a serem intervencionadas, criou-se o Gabinete de Apoio Informático e o Gabinete de Apoio às refeições escolares, aumentou-se a verba em 50% nos protocolos com Juntas, para a manutenção e conservação das escolas, alargou-se o horário de funcionamento da Biblioteca e está em preparação o horário para os restantes equipamentos culturais, e aprovou-se, um projecto em termos de aprovação prévia, um parecer favorável prévio de um grande projecto, que eu vou referenciar na segunda parte da minha intervenção. O projecto como toda a gente sabe, é o projecto do centro comercial no centro da cidade, onde actualmente está sediada a Rodoviária. E, naturalmente como não podia deixar de ser, este projecto é um projecto que não é pacífico.

Como sabem, há muitos anos que existe uma intenção de um grupo de promoção imobiliária de construir ali uma infra-estrutura de natureza comercial. Esta empresa ou outra empresa com capitais semelhantes, apresentou agora um projecto que mereceu uma aprovação prévia por parte da Câmara. E sobre isto, o Partido Socialista gostava, através desta minha intervenção, deixar aqui claro duas outras coisas:

Primeiro a questão que a nós mais nos preocupa, em consonância naturalmente com aquilo que é o orçamento da maioria do executivo camarário, é dinamizar, revitalizar se quiserem, o centro da cidade. Não só o Centro Histórico, mas o pulmão comercial da cidade, tanto mais que, nós estamos a dias da inauguração de um novo centro comercial de grandes dimensões, como Leiria nunca teve. E isso gera preocupações em todos os que se preocupam com a revitalização do



centro da cidade, uma vez que ninguém duvida que a abertura do Leiria Shopping (julgo que é assim que se chama), tem impactos muito profundos em todo o comércio do centro da cidade. E portanto, ao haver um grupo empresarial que se propõe junto do Município, em particular junto do executivo da Câmara, envolver-se e investir num grande projecto naquela zona, evidentemente que nós, Partido Socialista e maioria da Câmara, acolhemos com evidente interesse uma iniciativa desta natureza. Portanto, a primeira preocupação é estar-se perante um projecto que significa, entre todas as outras coisas, que naturalmente podem ser discutíveis. É uma coisa que julgo que nos une a todos que estamos aqui nesta Assembleia e que é o interesse em dinamizar a cidade, em requalificar, em dar uma nova vivência a todo o centro comercial da cidade. A partir daí, naturalmente, é provável e é certo que não teremos todos as mesmas opiniões sobre o que se pretende ali fazer. Mas julgo que apesar de tudo, haverá um largo consenso entre nós, relativamente às preocupações que a todos um projecto desta natureza nos suscita.

São, eventualmente, de duas ordens de interesse. Uma relativamente ao cumprimento ou não cumprimento dos instrumentos legais que existem e que regulamentam o urbanismo, neste caso, na cidade, e outra de natureza ambiental, e se quiserem um terceiro, de natureza estética. E dentro destes parâmetros, evidentemente que o que está em causa não é cada um de nós querer que se faça ali o que nós achamos que lá deve ser feito, mas aquilo que é possível ser feito a partir de uma proposta que naturalmente terá sempre que ser dos empresários, dos empreendedores, dos financiadores do projecto, e competindo à Câmara, e competindo-nos também a nós estarmos atentos e interessados em analisar o que se pretende fazer, para que possamos todos salvaguardar o interesse do colectivo. Mas estas são preocupações que julgo que todos nós temos.

Relativamente ao que foi aprovado, é bom que se diga que aquilo que foi aprovado, como consta do verbete camarário, é apenas uma intenção prévia, um parecer favorável prévio, sujeito a um conjunto de condicionantes e de apresentação de outros projectos que naturalmente a todo o momento, podem merecer a nossa intervenção e a intervenção dos serviços camarários, no sentido de corrigir aquilo que não estiver bem.



Levanta-se uma questão com a existência do chamado PP3 que não está activo, como sabem, e que foi evocado por alguns colegas ou companheiros destas coisas, nomeadamente por quem está na Câmara e que foram eleitos por outras forças partidárias, relativamente à necessidade de ter em atenção o que está estabelecido no PP3, e portanto, por haver alguns aspectos deste projecto que contrariariam aquilo que está no PP3.

A nossa opinião sobre essa matéria é esta:

Os empreendedores fizeram a proposta agora, a Câmara tem obrigação de lhes dar uma resposta, com os instrumentos que tem à sua disposição neste momento, com aqueles que são eficazes e não com aqueles que podem vir a ser eficazes.

Relativamente ao futuro o que é que nos parece?

Parece-nos que um projecto desta natureza, não pode deixar de ser objecto de uma discussão pública, como é óbvio. E portanto, nós estamos disponíveis para fazer essa discussão e para participar em todas as iniciativas que grupos de cidadãos entenderem participar, eu próprio já me envolvi num grupo que não tem nada que ver com o Partido Socialista, directamente. Não é um grupo do Partido Socialista, é um grupo de cidadãos, que aliás deu-se-lhe nova vida depois de termos tido aquela luta de há uns anos atrás com o túnel, quando se quis construir o túnel lá em baixo, eu fazia parte desse grupo, e agora digamos assim, tocaram aí os sinos a rebate outra vez e nós voltámos a reunir. Valemos o que valemos como é óbvio, mas isto significa apenas que o PS e cada um de nós enquanto cidadão desta cidade, tem toda a legitimidade. Era o que faltava que não tivéssemos, para discutir estas matérias.

E portanto, queria aqui deixar muito claro, da parte do Partido Socialista, que nós temos uma posição de total abertura à discussão daquele projecto. E essa abertura vai até onde deve ir, que é até aqui à Assembleia Municipal. E por isso, queria deixar aqui uma proposta, no sentido de que a Assembleia crie, à semelhança do que tem acontecido noutras ocasiões e com outras obras ou outras matérias de relevante interesse para o Concelho, uma Comissão de Acompanhamento deste projecto, dado os seus impactos, dada a sua natureza, dadas as questões políticas e outras que podem surgir à volta do projecto. Portanto deixo aqui a proposta às outras forças partidárias, para que se crie uma



Comissão de Acompanhamento deste projecto nas condições habituais, respeitando a proporcionalidade das várias forças políticas, mas com representação de todas as forças políticas.

E para finalizar, pedir-vos desculpa naturalmente, por ter sido um bocadinho longo, dizer-vos que aquilo que é a nossa preocupação principal é que nós olhemos para este projecto que foi apresentado e que é similar a outros que foram apresentados noutras ocasiões, e que serão apresentados certamente no futuro, não numa perspectiva de fazermos disto chicana política mas com a noção clara de que o que está em jogo são muitos milhões de euros de investimento para a cidade, muitos postos de trabalho que se podem criar ou se podem perder. Muito daquilo que pode ser o futuro da cidade, nos seus aspectos comerciais no coração da cidade, está ou pode estar aqui em jogo. E portanto, julgo que sobre esta matéria, devemos procurar os máximos consensos para viabilizar o investimento sem deixarmos de ser rigorosos até àquilo que é necessário ser, quer com o cumprimento da legislação quer com o cumprimento daquilo que são os aspectos técnicos do projecto, quer com o cumprimento dos aspectos ambientais a que não se pode, nem deve, e que nós também não queremos que se fuja. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Eu peço-lhes um tempo breve só para duas notas.

Uma que tem que ver com os tempos de intervenção e neste aspecto não há sequer discussão a esse respeito.

O nosso Regimento é perfeitamente claro, no seu artigo vigésimo, no que diz respeito à duração do período de "antes da ordem do dia", que é sessenta minutos. E mais, diz o nosso Regimento que os tempos devem ser proporcionalmente distribuídos pelos partidos políticos, de acordo com a sua representação. Sendo que, os partidos minoritários, não podem ter menos de cinco minutos. Uma distribuição proporcional adequada levará, nas minhas contas, a vinte e cinco minutos para o Partido Socialista, vinte para o PSD e cinco para cada um dos outros. Apesar de o CDS ter mais do que os outros dois partidos, a verdade é que os outros dois partidos chegam aos cinco minutos



porque o Regimento não deixa ter menos. E portanto, essa é a determinação do Regimento.

Eu gostaria que se organizassem do modo que entendessem, mas quando um partido atingir o tempo que o Regimento lhe consagra, eu chamarei a atenção para esse efeito. Isso foi motivo de polémica na última sessão. Não mudo de opinião. Foi o Regimento aprovado pela Assembleia Municipal, e o Regimento aprovado pela Assembleia Municipal deve ser cumprido. A nossa ordem do dia é mais importante do que o período de “antes da ordem do dia”, e este período só pode ter sessenta minutos.

A segunda informação é mais alegre e peço-vos desculpa de uma coisa que me esqueci de dizer no período de informações. O site da Assembleia Municipal foi renovado. Não sei se já se deram conta mas verifiquem. Neste momento, no site da Câmara, quando clicam “Assembleia Municipal” o site está completamente renovado. Tem uma série de informações, que há muito vinha sendo solicitado que lá figurassem, já estão documentos, composição do órgão, enfim, uma quantidade de coisas, e estou aberto a todas as sugestões que as senhoras deputadas e os senhores deputados entendam dever fazer, para continuarmos a renovar o site. Não custa nada. Quem tiver ideias, faça favor de as transmitir e assim faremos.

Tem agora a palavra a senhora deputada Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria. A senhora deputada mandou-me um email hoje a pedir para se inscrever. Passa para o fim a sua intervenção?

Senhores deputados, obviamente que vou consentir, quem seria eu para estar agora a infringir, mas se os outros partidos também trocarem as suas ordens a partir de agora, a senhora deputada não fala dá a palavra a outro, o outro que estava para falar a seguir pode tomar a mesma atitude, e eu não posso dizer que não e isto não tem rei nem roque. Os senhores deputados desculpem-me usar esta palavra de uma forma tão severa, mas façam o favor de se organizarem antes de virem para a sessão.

***DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA LEIRIA)***

Eu queria dar-lhe nota de que realmente mandei o email para o seu correio, mas se ler com atenção, e se o quiser ler, diz que é conforme a bancada do Partido



Social Democrata, porque justamente o partido tinha uma ordem e já tínhamos conversado sobre isso. E portanto se quiser ler, isso está lá. O nosso líder de bancada, o deputado Vítor Lourenço, decidirá a ordem mesmo intercalada como foi.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhora deputada, agradeço-lhe muito a informação, não vou questionar isso, mas eu não fui informado de nenhuma ordem da bancada do Partido Social Democrata. Portanto, o Presidente desta Assembleia aceita a sua troca, mas deixa claro que se nos outros partidos houver igual vontade de troca, terá que o aceitar porque as regras terão que ser iguais para todos.

E em segundo lugar, não me levarão a mal que peça aos dirigentes dos vários grupos políticos, que organizem as sessões para que episódios destes não ocorram.

O senhor deputado Francisco André tem a palavra.

***DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ (PSD)***

Francisco André, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores Presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores, a todos, boa noite!

Atentos que estamos à realidade que nos envolve enquanto cidadãos, para que com ela possamos interagir de forma profícua, assumindo responsável cidadania, é incomensuravelmente maior a responsabilidade enquanto eleitos, pois é da nossa acção que em muito se reflectirá a vida do todo, presente e futuro. É nesta condição de cidadão e eleito que me apraz tecer algumas considerações sobre o plano de viabilidade do centro comercial de nova geração, para o chamado quarteirão da Rodoviária Nacional, ao qual a imprensa regional deu destaque, cumprindo como sempre a sua vertente informativa.

Ao ler das notícias, devo confessar que a minha imediata e natural reacção foi de contentamento, de satisfação, de regozijo e de confirmação. De contentamento pela melhoria que aparenta ser, de satisfação pela transformação que encerra, de regozijo pelo investimento e capital envolvidos, cinquenta e seis milhões de euros que investidos na actual conjuntura económica, revela audácia, mesmo sabendo que é nos contra ciclos económicos que tende a capacidade financeira,





se deve investir gerando mais-valias, riqueza e prosperidade para todos. De confirmação, daquilo que há muito penso de Leiria, pelo que me foi dado a conhecer e pelo que vivo. Aqui chegado, seja-me permitido citar João Cabral e "Leiria de Sempre" em anais do Município de Leiria:

*"É assim esta Leiria que abriga e abençoa os que ao seu seio se acolhem, e deles espera em labor múltiplice, prendas que a prestigiem, que a enobreçam, que a elevem. É assim esta Leiria que de naturais erradicados tem recebido o amor e carinho, rejuvenescimento e progresso, arte e beleza, que a tornam uma das mais lindas cidades de Portugal. É assim esta Leiria."*

Foi pois de forte carga positiva e expectante o meu pensamento, o meu sentir. E se é esta a verdade que me é permitido convosco partilhar, não deixa de ser verdade igualmente o sentir de imediato um vazio, uma limitação a este empreendimento renovador - a Rodoviária Nacional e todo o seu enquadramento. A omissão do seu destino questionou-me, a sua deslocalização e o seu impacto nos fluxos e na mobilidade da cidade, na interacção com o chamado comércio internacional e serviços, inquietou-me pelas previsíveis consequências negativas sobre os mesmos. Erra-se por acto ou por omissão, e se esta é uma verdade também é lícito aceitar que se acerta por acto ou por omissão aqui assumida como uma omissão esclarecida e tida por alguns como sorte. Para que não se erre ou visando a diminuição da probabilidade de erro, procurei informar-me, e confirmei a omissão e portanto o primeiro erro.

Espaço público. Se tudo é importante numa cidade as suas artérias de referência o são ainda mais. Qualquer intervenção maior nelas impõe todo o cuidado, toda a ponderação, sob pena de irreparáveis danos. São espaço público pertença de um todo e de todos, todos os leirienses usufruem um cento e vinte mil avos da Avenida Heróis de Angola e sempre o partilharam entre sim e com quem nos visita. Ao não serem ouvidos, auscultados e por conseguinte não gerando movimento maioritário e fortemente consensual, correr-se-á o risco de acto autocrático de órgão democraticamente eleito, de imprevisíveis consequências em órgãos vindouros e em todo o colectivo presente e futuro, constitui-se o segundo erro.

Impacto estrutural.



Foi na feliz convergência do poder central assumido pelos anteriores governos da República e do poder local assumido pela anterior Câmara, que assistimos ao renascer do rio Lis no seu percurso citadino. Os benefícios atingidos estão à vista e ao dispor de todos. A qualidade de vida melhorou ao restabelecer-se a relação com a água. Para que este objectivo fosse atingido, houve necessidade de estudos que enquadrados no Plano Director Municipal, Plano de Pormenor de Leiria e consulta pública, se consubstanciaram no chamado programa POLIS.

As orientações no que às cotas dizem respeito devem ser mantidas, pois ao assim não ser estamos a manifestar o primeiro acto de obstaculização do mesmo programa POLIS e de todo o seu benefício. Constituir-se-á o terceiro erro.

Capacidade técnica de resolução do problema. É reconhecida a capacidade técnica de engenharia portuguesa, nacional e internacionalmente no contexto da globalização. Temos técnicos e instituições de craveira, sendo o paradigma do estudo o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no que à investigação e confirmação é tido como necessário à inovação e não só. Perante a área proposta, a sua proximidade com o rio, a sua volumetria, a hidrogeologia do terreno e toda a sua envolvência, penso que será de toda a prudência a existência de estudos conclusivos, elaborados por uma entidade independente com supervisão da Câmara Municipal de Leiria.

Tenhamos a humildade de respeitar a natureza, para que ela não nos brinde com a impetuosidade e a imprevisibilidade da sua força. Que não se constitua o quarto erro.

A opinião já vai longa, mas sinto o dever de, ao ter apontado quatro erros ou insuficiências, apresentar soluções para que eles não se cometam e as insuficiências se corrijam.

#### 1 - Rodoviária Nacional

Projecto de deslocalização onde sejam identificados os parâmetros e responsabilidade da mesma, o que não é expresso na actual deliberação.

#### 2 – Avenida Heróis de Angola

Consulta pública com participação activa das pessoas individuais e colectivas, a chamada sociedade civil, sinal de maioria democrática.

#### 3 – Impacto estrutural



Respeito pelas normas assumidas no plano de pormenor de Leiria com as cotas aí registadas.

4 – Capacidade técnica de resolução do problema

Estudo independente da área de implantação do projecto. Possíveis limitações temporais serão ultrapassadas através de um cronograma de actividades assumido por todas as partes e escrupulosamente cumprido.

Face ao que acabei de dizer, mandata-me o Partido Social Democrata com a seguinte **proposta** que passo a ler:

*“Em face da aprovação na reunião de Câmara de 9 de Fevereiro de 2010 do Projecto apresentado pelo Promotor Imobiliário LEIRIGEC, SA, para o edifício da Rodoviária, a Assembleia Municipal de Leiria delibera que este projecto seja alvo, nos termos legais, de discussão pública, dada a importância e o impacto de que o mesmo se reveste para a cidade e para o Concelho de Leiria.”*

Disse!

**PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)**

Tem a palavra o senhor deputado Pedro Biscaia.

**DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)**

Boa noite.

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Quer os actuais deputados municipais, quer os anteriores, que aqui estiveram em assembleias anteriores, sabem que é um tema que motiva bastante a minha intervenção, porque entendo que projectos desta dimensão, projectos desta natureza, vão muito mais além do nosso presente e do nosso tempo de vida, como actuais protagonistas políticos deste Concelho. Portanto, toda a prudência é obviamente necessária.

Antes de começar, aproveito para saudar o senhor Arquitecto Carlos Vitorino, que agora faz parte do executivo da Câmara Municipal.

É necessário de facto haver uma visão integrada da cidade, como tendo em conta que é a invenção mais complexa que alguma vez a humanidade produziu. Vivermos todos juntos, no mesmo espaço, e preferencialmente bem, é estranhamente difícil. E para isso, é que existem os técnicos, e para isso é que



existe a sociedade civil, e para isso é que existem também protagonistas políticos, para poderem articular os vários e legítimos interesses existentes na cidade.

E quando se fala em visão integrada, fala-se de mobilidade. E mobilidade, não estamos a falar apenas de trânsito, estamos a falar da mobilidade, desde pedonal a outra, estamos a falar da coesão do território, isto é, aquilo que nós assistimos durante décadas em Leiria, perante o silêncio de muitos que agora felizmente se convertem à questão da qualidade do urbanismo. Dizia eu, o chamado "EFEITO DONNUT", que é a completa destruição do centro da cidade, uma cidade que inchou para as suas periferias sem qualidade e equilíbrio ambiental e urbanístico. Quando se fala de visão integrada é também da complementaridade de funções económicas e sociais. Já lá vai o tempo em que havia umas partes de comércio e outras residenciais e industriais, hoje, como dizem alguns dos conceituados teóricos desta matéria, é na rua tradicional e no *mix*, na mistura da rua tradicional, que se cria a verdadeira humanidade e a humanização da própria cidade. E também, porque não, falar da questão da segurança e do equilíbrio ambiental. Tudo isto faz parte de uma visão integrada de cidade.

Há bocado falou-se de duas questões importantes. Uma o senhor deputado José Manuel Silva falou, do projecto do túnel, e aqui vejamos O quanto eu acho que esta questão deve ser despartidarizada. Ele movimentou-se, como outros, e legitimamente, contra a construção do túnel. Eu defendi, e legitimamente, a construção do túnel porque estava perfeitamente convicto naquela altura, e ainda hoje estou, que aquele túnel tinha ganhos de espaço público suficientemente importantes, e trazia também uma nova hierarquia de circulação na cidade. Se falarmos, por exemplo, da Rua Comissão de Iniciativa, que para além de erros de concepção, tem dois sentidos, não está hierarquicamente vocacionada para ser uma via de escoamento como foi depois avançado.

Dizia eu, portanto, que esta questão tem de ser despartidarizada. E falo por exemplo, da questão do túnel que nos dividiu na altura, mas também falo da questão do PP3. O único que foi aprovado nesta Assembleia, durante todo o mandato anterior, foi o PP2, que é o de St.º Agostinho. Nunca mais nenhum plano de pormenor foi aprovado. Nem o PP3, que é este da zona da Rodoviária, nem o PP4 que é por exemplo o da zona do Centro Histórico, nem o PP1 que é o



da zona da São Romão, nunca foram aprovados politicamente. Poder-se-á dizer que há justificações para isso, técnicas, burocracias administrativas, com certeza, mas não há um instrumento legal ainda e isso é preocupante.

Dizia também, que quando foi colocada essa hipótese, havia uma necessidade que tem vindo a ser progressivamente corrigida em Leiria, e para mim que estou cá há vinte e cinco anos, que é a necessidade de haver espaço público de convivência e de socialização informal. E tem-se ganho progressivamente alguma coisa, como se dizia aqui há vinte anos, para ensinar um miúdo a andar de bicicleta tínhamos que ir para a Batalha, porque não havia um sítio onde um pai pudesse, informalmente, ensinar o filho a andar de bicicleta. Hoje, essa situação tem sido progressivamente ultrapassada.

Perante isto tudo que foi dito, pelo deputado José Manuel Silva, pelo deputado Francisco André, eu acho que estamos a chegar a um consenso frutuoso nesta Assembleia, como órgão político de decisão, que há que de facto aprofundar, trocar ideias, despartidarizadamente, despreconceituadamente, porque há muito mais do que aquilo que parece que está em jogo. E o que está em jogo é a cidade dos nossos filhos, dos nossos netos, e dos vindouros, como dizia aquele chefe índio a propósito do Planeta Terra, *"a Terra não é nossa, tomámo-la de empréstimo"*. E a cidade não é nossa, tomámo-la de empréstimo enquanto cá estamos. E portanto, não podemos ter a fobia de deixar a marca, devemos é tratar dessa visão integrada de que há bocado falávamos. Naturalmente que eu apoio que haja esta troca de ideias, esta Comissão proposta pelo deputado José Manuel Silva, uma Comissão de Acompanhamento. Recentemente vimos, na outra composição da Assembleia Municipal, uma comissão de acompanhamento que fez um excelente trabalho e que está agora a dar alguns frutos, e esta Assembleia, como órgão político de excelência com maior representatividade política e geográfica de todo o Concelho, pode e deve promover o aprofundar desta questão. E portanto, a proposta do deputado José Manuel Silva, de criar uma comissão de acompanhamento, merece o meu apoio.

Já agora, lateralmente, peço desculpa se me estou a alongar, há aqui uma questão que agora está a emergir, uma questão nova.

Na eminência de abrir o Leiria Shopping, no Alto do Vieiro, que está anunciado para o dia 26 de Março, emerge uma questão de quem acompanhou estes



problemas. Quando é que começou a ser negociado o Leiria Shopping? Será que quando começou a ser anunciada uma unidade comercial, que terá obviamente os seus impactos, positivos e negativos, não interessa agora, sobre a cidade, estava a ser, continuamente ou não, negociada a unidade comercial de dimensão relevante aqui para o pé do Estádio? Seria possível que quem tinha a decisão política nessa altura, pudesse estar a querer, por uma razão ou outra, que dois pólos comerciais altamente centralizadores da actividade económica pudessem concorrer entre si? Isto é preciso esclarecer!

Eu agora, perante esta situação da eminência, de que toda a gente fala, toda a gente levanta o problema, gostaria, não é hoje possivelmente, de ser esclarecido. Tentarei esclarecer-me sobre aquilo que era do passado, porque se foi assim, isto é, se houve uma coincidência cronológica entre uma negociação e outra, é politicamente grave.

Não quero aprofundar agora esta situação. Fá-lo-ei em devido tempo, e remato mais uma vez, aquilo que disse, isto é, discussão pública sim, promovida pela Assembleia Municipal, como órgão político mais representativo do Concelho, também. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Se a Assembleia não me levasse a mal, pedia talvez 30 segundos de pausa e pedia aos dirigentes dos grupos que se dirigissem aqui à Mesa.

***(pausa)***

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Tem a palavra a senhora deputada Laura Esperança.

***DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LEIRIA)***

Laura esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

Boa noite a todos. Uma saudação à Mesa, ao senhor Presidente da Câmara Municipal, aos vereadores, aos colegas deputados desta Assembleia comunicação social, a todos os presentes.

Eu pedi a palavra para falar do projecto da Rodoviária e o pedido e informação prévia e parecer favorável da Câmara Municipal.



Senhor Presidente do executivo municipal, na sequência de tudo o que já foi dito sobre este assunto nesta Assembleia, queria dizer que concordo em pleno com a reclamação quer dos vereadores do PSD quer da concelhia do PSD, de levar este assunto para discussão pública. E já de imediato, para que não se perca mais tempo, isso é inerente e indispensável, é obrigatório num projecto deste tipo naquele local. Hoje, curiosamente ao abrir o Diário de Leiria, constato que um militante da Juventude do Partido Socialista, engenheiro civil, escreve num artigo de opinião, e cito *"ou seja, dado que os projectos que ainda estão em fase de apreciação devemos todos procurar mais informações sobre os seus impactos positivos e negativos, num pleno acto de cidadania participativa, ajudando o executivo do nosso Município na escolha das melhores opções, tendo em conta as vontades e necessidades da comunidade local, e todos os que servem e se servem da cidade de Leiria..."*. Eu ainda acrescentaria, porque a cidade não é da Câmara Municipal, mas sim dos leirienses.

Não se pode decidir um projecto desta natureza e de tanto impacto para aquele local à revelia dos interessados, que são os leirienses. O Município pediu-nos um parecer, que não é nem poderia ser um parecer vinculativo porque a Junta não tem competências sobre essas matérias. E a Junta deu, falou com o promotor, ouviu e ouve e promove discussão dentro do possível, a Junta de Leiria não tem essa obrigação de ouvir as pessoas, e emitiu o seu parecer. Aliás, a Junta hoje é muito mais do que o simples sítio onde se passam atestados e fazem provas de vida, e eu gostaria até que a Junta tivesse um papel cada vez mais activo.

Acho que devem ser pedidos mais, mas podiam ter sido já pedidos mais às forças vivas, seguramente que não chegaremos a todos mas ao máximo possível, até para motivar que os leirienses cada vez mais se interessem e venham a interessar pela sua cidade, e assim contribuam para as melhorias necessárias. Por exemplo, foi pedido à Junta, e é um processo absolutamente normal que já vinha do anterior executivo, o tal parecer, os projectos vêm às Juntas para nós darmos pareceres. Mas a ACILIS? Os comerciantes? Está a ver o resultado? Eu valorizo imenso a celeridade e o bom funcionamento dos serviços públicos e por isso acho que mesmo nos três meses, já se podia ter ganho mais algum, necessário para uma boa decisão, ao bom desenvolvimento de um projecto com esta natureza e dimensão. Abra o jogo com transparência, isso ó traz vantagens



e só favorece o projecto, e lhe dará a força necessária para o impulso que tem de criar, aos constrangimentos que serão criados à cidade com a sua construção. E isso, é meio caminho andado e todos vamos lucrar, porque o tempo que se gasta agora, ganha-se depois, não tenhamos qualquer dúvida. E se ele, ao contrário do que se espera, condicionar o desenvolvimento do Centro Histórico e de todo o comércio e serviços que deve ter uma cidade como a nossa, já temos os problemas do Centro Histórico, poderá até não conseguir resolver esses nem criar a tal dinâmica que o Centro Histórico tanto precisa, e podemos vir a criar outros. Por isso, não podemos correr o risco de limitar a opinião dos leirienses, e outras que se mostrem necessárias, porque se o projecto for um mono e já os temos também cá na cidade infelizmente, este não será a tal mais-valia para a cidade mas sim um problema que alguém depois, lá para a frente, terá de resolver, e sabe Deus como o irá resolver ou procurar resolver. Não, não podemos correr esse risco.

Também quero deixar de ver, rapidamente, aquele imóvel marca Korrodi, que já teve o seu auge, agora tão degradado, e aqueles monstros a circular em fila na Avenida Heróis de Angola, e aquele aspecto degradado que se vê do rio, com a pintura toda estragada e a quase a totalidade dos vidros partidos, e ao tempo, porque aquilo é um divertimento, quanto mais se põem mais os partem.

E por isso, quero deixar uma palavra de apreço ao promotor, ao senhor António Soares, e tenho pena que ele não esteja aqui presente, amigo que prezo e estimo, por mais uma vez se interessar por Leiria. Já lhe disse pessoalmente e deixo aqui também os meus parabéns, pelas duas recuperações recentes – o Edifício Paço e Garage – que eu particularmente tanto aprecio, e que como todos constatamos diariamente, trouxeram para ali as vivências de outrora. As pessoas, o bulício, aquele aconchego na alma, aquele bem-estar que só Leiria nos dava e hoje se sente tão pouco.

Vamos todos discutir o que pode muito bem vir a ser o grande salto qualitativo para a cidade, sem deixar de perder a sua identidade, conciliar e reconciliar uma Leiria antiga com uma Leiria moderna. Eu não quero uma nova cidade, eu quero a minha, porque não há mais nenhuma igual a Leiria, nem poderá nunca haver. Quero sim a minha Leiria, mas com condições e adaptadas à modernidade e preparada para o futuro, e eu penso que isso é possível. Disse!





***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Luís Pinto.

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luis Pinto, Partido Socialista.

Boa noite! Cumprimento todos.

Em apenas quatro meses, muito mudou nos departamentos de planeamento, das obras municipais e das operações urbanísticas. Esta mudança já é do conhecimento de muitos munícipes de Leiria, e também fora do concelho, e anda a provocar inclusive, uma grande procura de esclarecimentos e também de interesses de grandes intervenções em Leiria, como aliás temos vindo a discutir, por este exemplo de intervenção que se propõe em relação ao edifício da Rodoviária.

Este executivo, já definiu também, um objectivo que me parece extraordinariamente importante e estratégico, em dois anos efectivar a revisão do Plano Director Municipal. Uma aspiração antiga e que é muito importante que se possa cumprir este timing. Nas obras municipais destaca-se, neste curto espaço de tempo, várias obras estruturantes que, ou já deram início ou foram já aprovadas, estudos conjuntos como por exemplo a requalificação da estrada municipal 1038, Bidoeira/Guia, e a ponte do Coteiro e variante dos Capuchos. No departamento de operações urbanísticas são visíveis grandes melhorias em vários aspectos, com a adopção de novas metodologias e procedimentos de recepção, análise e avaliação dos processos. Desde logo, no atendimento em Front Office para além dos técnicos administrativos, passou a contar-se com um fiscal e um técnico, o qual passa a ser o gestor do processo. Objectivo definido desde o início de Novembro de 2009 é a celeridade na apreciação e avaliação dos processos, ou seja, informar os requerentes num prazo de trinta dias dos seus projectos. Pode-se questionar como é que esta mudança se verifica, considerando que os colaboradores são os mesmos. É simples! Incutindo um enorme espírito de motivação pelo que se faz no dia-a-dia e de facto, sente-se e respira-se motivação nos serviços municipalizados.

Assunto Leirisport. Saudamos, como foi dado conhecimento esta semana pela comunicação social, que tenha subido à Justiça a situação do famoso gerador. O



que faz, de facto, pensar que afinal as comissões desta Assembleia sempre têm alguma utilidade, e que têm desenvolvido um extraordinário trabalho, e que neste caso, não terá sido provavelmente só essas as razões, mas que levou de facto a que a Justiça possa pegar neste assunto e é importante que as pessoas passem a ser responsabilizadas pelos seus actos. Esta subida a tribunal permitirá naturalmente também aos visados, provar a sua inocência se for caso disso, e portanto saudamos, que este assunto possa ser esclarecido de vez e que a Justiça tome conta deste processo, como nós no fundo já na altura vínhamos defendendo. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

***DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA)***

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, senhores deputados, senhores vereadores, cidadãos de Leiria, muito boa noite a todos.

A Junta de freguesia de Azoia deliberou apresentar a esta Assembleia Municipal, a **Mocção** que passo a ler:

“Considerando que ao ser construída, há alguns anos, no I.C.2, uma rotunda, na parte sul do lugar de Azoia, procedeu-se a uma grande escavação do terreno a poente.

O entroncamento da rua principal do lugar de Azoia (Rua de Santa Catarina) com o I.C.2, foi deslocado do anterior local, ficando encaixado na base da escavação.

Os terrenos escavados são argilosos e propícios a deslizamentos.

O suporte de consolidação dos terrenos escavados no início do desaterro foi feito, quanto a nós bem, através da técnica de gabião, sendo, ao fim de poucos metros, abandonada esta técnica e substituída pelo encosto de pequenas pedras em todo o corte de argila.

A drenagem das águas pluviais de toda a encosta que está a poente de toda a escavação, não foi devidamente feita, permitindo grandes escorrimentos pelo talude escavado.



Como era previsível, a seguir ao primeiro Inverno, após as obras, a argila começou a deslizar, transportando as pequenas pedras que estavam encostadas às terras.

A Junta de Freguesia alertou por diversas vezes e em tempo útil para a necessidade de se proceder à construção de um suporte sólido das terras do talude. Provisoriamente, foram colocados alguns *newjersey* em betão junto ao início do talude. De provisório passou a definitivo.

Lentamente, o deslizamento de terras e pedras continuou a verificar-se.

No início deste Inverno, os *newjersey* não foram eficazes e não impediram grandes deslizamentos de terras e pedras que, saltando os *newjersey* invadiram a faixa de rodagem, ficando a via intransitável e tendo a Protecção Civil ordenado cortar a estrada.

Com este acesso fechado, o lugar de Azoia passou a ter apenas ligação ao I.C.2 através da rotunda Norte. Esta situação trouxe transtornos à população obrigando a percursos desnecessários, prejuízos às empresas e ao comércio que perdem clientes, tendo custos acrescidos.

Para evitar este incómodo alguns condutores incautos de veículos pesados, de forma imprudente, atravessam uma valeta de cimento que separa esta rua do I.C.2, pondo a sua vida em perigo e a dos outros.

Apesar das muitas diligências efectuadas pela Freguesia e pelo Município, para que rapidamente seja reposta a circulação do trânsito, a verdade é que nos é dito que a solução está definida, não se sabendo, contudo, quando se irá executar.

A demora na execução desta pequena obra e a continuar o rigoroso Inverno poderá ter como consequência a continuação do deslizamento de terras em maior quantidade, pondo duas habitações situadas em cima do talude e próximas do mesmo, em risco de ruírem.

Deste modo, a Junta de Freguesia de Azoia propõe à Assembleia municipal de Leiria a aprovação da seguinte **Mocção**:

*A Assembleia Municipal de Leiria reunida a 26 de Fevereiro de 2010 delibera o seguinte:*

*1 – Manifestar ao actual Governo através do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e à E.P. a necessidade urgente de se iniciarem as obras de desobstrução do troço da estrada que permite a ligação*



*do lugar de Azoia ao I.C.2 e da construção definitiva do suporte de terras a montante da rotunda de forma a evitar mais deslizamentos.*

*2 – Dar conhecimento desta moção ao Senhor Governador Civil de Leiria, solicitando a sua intervenção na rápida resolução da obra de modo a ficarem restabelecidas as normais acessibilidades e acautelada a segurança de pessoas e bens. Tenho dito. Obrigado.*

**PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

Agora tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

**DEPUTADO JOSÉ CUNHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA BARREIRA)**

José Cunha, Presidente da Junta da Barreira.

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa, os senhores secretários, o senhor Presidente da Câmara, os senhores vereadores, caros deputados, público presente e comunicação social.

O assunto que me traz aqui são as estradas da Barreira, mas antes disso queria aproveitar, se o senhor Presidente me permitisse, para informar os presentes que no próximo dia 14 de Março, vamos comemorar o aniversário da Freguesia e nessa cerimónia vamos também incluir uma homenagem singela aos ex-combatentes das ex-colónias, como aliás, já se faz em várias freguesias do nosso concelho. Portanto, fica o convite.

Ao longo dos últimos anos os barreirenses têm lutado pela requalificação das estradas da Barreira. Durante o último mandato, conseguimos que elas fossem incluídas no orçamento da Câmara e adjudicadas e por isso também agradecemos ao anterior executivo em seu devido tempo.

É com satisfação que informo a Assembleia, que as obras estão a decorrer a um bom ritmo. Duas delas já estão praticamente construídas e vão ser construídas também dentro do prazo previsto, muito embora as condições atmosféricas tenham sido menos propícias a isso. Testemunho, com agrado, o empenho que o actual executivo tem tido para resolver pequenos problemas que vão surgindo, nomeadamente no contacto com os cidadãos, aos quais foi necessário pedir que colaborassem com a cedência, de certa forma, do seu património pessoal, em



benefício do bem comum nomeadamente na demolição de casas, muros, alargamentos e abates de árvores com algum valor ainda. Portanto, nesse aspecto agradeço ao senhor Presidente o seu empenho, porque mesmo fora de horas e até aos sábados, se disponibilizou para esses encontros. Assim como, agradeço também ao senhor vereador Lino Pereira, toda a colaboração e empenho que tem tido. Também não posso deixar de agradecer aos cidadãos da Barreira, porque realmente sem eles e sem a sua colaboração, este trabalho de benefício público também não seria possível.

Como estas são obras que se esperam duradouras, a Junta contactou e informou as entidades que habitualmente utilizam as estradas para colocarem as suas infra-estruturas, nomeadamente as empresas gestoras dos serviços de comunicação, electricidade, gás, águas, saneamento, etc., para as vantagens de colocarem essas infra-estruturas agora, durante o período de construção das estradas, a fim de evitar que passado pouco tempo as venham rasgar, desventrar, para executarem essas infra-estruturas. Até hoje, apenas uma entidade respondeu ao nosso ofício, e foi precisamente para dizer que não estão previstos quaisquer investimentos na nossa Freguesia.

Senhor Presidente, quero deixar bem claro nesta Assembleia, no fundo é um alerta, uma chamada de atenção, de que nos iremos bater quando as obras estiverem concluídas, para que não sejam feitas nenhuma obra dessa natureza que as vão estragar passado pouco tempo. Há que planear, o planeamento tem que ser feito em conjunto com todas as entidades, e por isso mesmo, uma vez que a estrada principal da Barreira ainda está em execução, penso que será oportuno, se houver alguma coisa a fazer nesse âmbito, que se intervenha com a máxima rapidez. Há que planear, há que trabalhar em conjunto como eu dizia, para que cada um não faça o que quer, onde quer, e como quer, e geralmente com prejuízos para o erário público.

A nossa posição é esta. Gostava que a Câmara, se ainda tivesse alguma possibilidade de interferir junto dessas entidades, o faça com maior rapidez, porque a nossa posição vai ser de oposição a qualquer obra nos próximos três anos.

Já agora só mais uma nota.



Eu tenho notado que os nossos jornalistas, estão ali sentados, e por vezes com estas matérias mais envolventes eles têm ali alguma aceleração na escrita. Se calhar corremos o risco de algum deles fazer o trabalho em cima do joelho, literalmente, e seria bom que a Assembleia disponibilizasse uma mesa ou uma secretária, para que eles possam fazer o seu trabalho também com maior dignidade. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

***DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)***

Boa noite, Carlos Guerra, Partido Comunista Português.

Face às notícias surgidas na comunicação social e às posições antagónicas dos investimentos, por um lado os promotores do projecto, por outro os cidadãos interessados no planeamento harmónico de Leiria, todos queremos a dinamização daquela zona da Av. Heróis de Angola, mas não a qualquer preço. E porque este projecto implica uma alteração estrutural na cidade nomeadamente na sua mobilidade nos aspectos económicos e sociais, propomos que haja uma discussão pública promovida pela Assembleia Municipal, em que todos os interessados possam levantar as dúvidas e pedir os esclarecimentos necessários, e ainda a criação de uma comissão da Assembleia Municipal para analisar e acompanhar o processo.

Na sequência desta proposta, eu tinha um pedido à Câmara, através de um requerimento ao Presidente da Mesa, da cópia integral do processo de informação prévia. Mas uma vez que há o consenso de que seja feita a discussão pública e que haja o acompanhamento da Assembleia Municipal, essa comissão depois fará esse pedido e por isso dispenso-me de o apresentar.

Ouvimos há cerca de três meses, na tomada de posse do novo executivo municipal, o recém-empossado Presidente da Câmara proclamar, em tom triunfal que *"é tempo de fazer história, um dia vai ter que mudar"*. E hoje, já ouvimos aqui várias mudanças. Mas este fazer história e esta mudança, não augura nada de bom para os munícipes de Leiria.

Depois de ter sido apresentado um orçamento e opções do plano plagiado do anterior executivo, em que se inventam receitas no dizer do próprio senhor



Presidente, vem agora falar da venda da água para tapar o buraco financeiro existente na autarquia.

Ora, este buraco financeiro era conhecido desde há muito tempo, todos os partidos concorrentes às eleições autárquicas conheciam as dificuldades financeiras do Município, pelo menos desde há dois mandatos. E por isso, soa um pouco a estranho, a apresentação das cento e vinte e nove medidas para mudar Leiria. Hoje, a CDU acompanha com preocupação o que vai perpassando nas notícias que vão surgindo na nossa imprensa. Toda a campanha utilizada vai no sentido de criar um clima propício à privatização de serviços prestados à população e retirada de outros. Só assim se pode entender a referência feita também pelo senhor Presidente quanto à redução drástica do quadro de pessoal do Município. Não se fala de reestruturação mas sim de redução drástica. Mas mais grave, tem sido as referências à gestão dos serviços de água, considerando esta como um negócio e um meio de obter dinheiro. O executivo fala de negociações com a empresa Águas de Portugal, para a entrega dos SMAS, e o valor da venda já está avaliado em cinquenta milhões (segundo o senhor Presidente).

Mas porquê a entrega da gestão dos serviços prestados pelos SMAS às Águas de Portugal ou ao sector privado? Será que a privatização decorre de uma promessa eleitoral da maioria que governa o Município? Não!

Será que a privatização garante um serviço com mais qualidade, equidade e solidariedade? Não!

A gestão privada da água será submetida à lógica do lucro e porque a conservação das infra-estruturas e o cumprimento de padrões ambientais é contraditório com essa lógica de obtenção de lucro. Os preços subirão para pagar o lucro dos privados, os lucros serão privados mas os custos continuarão a ser públicos.

As zonas menos rentáveis ficarão pior servidas ou serão abandonadas, os grandes consumidores serão beneficiados em detrimento das famílias, ao cidadão não é indiferente quem lhe presta o serviço, desde logo uma coisa é o cidadão com direitos, outra bem distinta é o cliente cujo acesso aos serviços depende da sua capacidade económica. É igualmente comum ouvir-se, que tal como existe boa e má gestão pública, assim acontece com a gestão privada. A diferença é



que, enquanto a administração pública tem como fim a ampliação e a maximização do bem-estar dos cidadãos, e a distribuição equitativa da riqueza social por todos os membros, a empresa privada tem como finalidade última a obtenção do maior lucro possível para os seus accionistas, além de que, tendo a possibilidade de substituir a má gestão pública dificilmente podemos escolher a gestão privada (e é bom o exemplo que, a gestão pública foi substituída em Novembro com o novo executivo).

O que se está a passar com a água em Portugal não é novo, é um retrocesso ao passado. E não se invoque que se trata de uma imposição da União Europeia, pois não existe nenhuma directiva nesse sentido, nem directiva que proíba um Estado-membro de tornar ilegal a privatização da água. E foi assim que a Holanda, considerada um dos Estados-membros mais avançados no domínio da água, aprovou uma lei que delimita ao sector público a prestação de serviços de abastecimento de água.

Com a concessão/privatização dos serviços de água, transfere-se do conjunto de cidadãos para um único grupo económico a propriedade factual de infra-estruturas e poder de decisão. Altera-se o objectivo dos serviços e da utilização da água, o objectivo público é o bem comum e o objectivo privado é a obtenção de lucro. A transformação do objectivo leva a que a optimização seja o aumento do lucro dos accionistas, em vez do bem-estar dos cidadãos. E será legítimo a troca de uns milhões de euros no imediato, comprometer as futuras gerações de executivos municipais? A solução não é a privatização, esta é a parte do problema e é incompatível com a obrigação do Estado de assegurar o direito de todos à água, mediante uma gestão baseada num planeamento participado e democrático.

Tenho dois requerimentos para apresentar e que passo a ler:

*“Carlos Guerra Coelho, eleito pela CDU, vem requerer a V.Exa. que seja solicitado à Câmara Municipal cópia do acto administrativo de nomeação do Conselho de Administração da Leirisport, EM, a remuneração dos seus membros, e cópia do plano de actividades e de investimentos e do orçamento para o ano de 2010.”*

O outro requerimento:





*“Carlos Guerra Coelho, eleito pela CDU, vem requerer a V.Exa que seja solicitado à Câmara Municipal cópia do processo que levou à suspensão do pagamento de trabalho extraordinários aos bombeiros municipais, nomeadamente o despacho do Presidente da Câmara e das informações dos serviços que o sustentam.”*

**PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Maria Isabel Gonçalves!

**DEPUTADA MARIA ISABEL GONÇALVES (PS)**

Maria Isabel Gonçalves, PS.

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, membros da comunicação social, excelentíssimo público presente.

É convicção cada vez mais generalizada que a pobreza e exclusão social são fenómenos relacionados com o modo como as sociedades são organizadas, como funcionam e que importa prevenir e combater nas raízes da sua génese. Neste contexto, as políticas sociais devem ser vistas como políticas fundamentais, de prevenção, de situações de exclusão, de apoio à consolidação de um tecido social que atenua e no limite erradique os factores que a produzem.

O executivo da Câmara Municipal de Leiria assumiu desde a primeira hora este compromisso, e em colaboração com outras entidades dirige as suas políticas sociais aos grupos específicos que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Esta autarquia, criou junto ao Mercado de Sant’Ana gabinetes de atendimento e apoio psicossocial, abertos desde o dia 8 de Fevereiro passado. Junto a estes gabinetes, encontra-se também a funcionar o Gabinete de Inserção Profissional, através de um protocolo celebrado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Por outro lado, o actual executivo deu prioridade à rede social, revitalizando a criação das comissões sociais de Freguesia e das comissões sociais inter-freguesias, por se considerar ser de primordial importância para as populações locais, bem como, para a coesão do Concelho.

Em Outubro de 2009, existiam catorze freguesias que ainda não tinham aderido a este programa. A Comissão Social de Freguesia de Santa Catarina da Serra é agora já uma realidade.



No âmbito da Saúde, o presente executivo ao tomar consciência da frágil situação económica que presentemente afecta muitos cidadãos, inscreveu para o corrente ano uma verba de cem mil euros, para apoio na comparticipação de medicamentos para agregados familiares carenciados do Concelho, promovendo deste modo a solidariedade, a justiça e a coesão social. O respectivo regulamento foi já aprovado na reunião de Câmara de 26 de Janeiro de 2010 e encontra-se actualmente em consulta pública. Das trinta farmácias existentes no Concelho de Leiria, vinte e quatro já formalizaram a sua pré-adesão a este programa.

A habitação é outra das preocupações das autarquias. Para melhorar e agilizar as acções e procedimentos de gestão dos bairros sociais municipais, foi já aprovado, na reunião de Câmara de 15 de Dezembro de 2009, um projecto de regulamento sobre a gestão do parque habitacional de arrendamento social, propriedade do Município de Leiria. Esta autarquia, através de um protocolo celebrado com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, e ao abrigo do programa PROHABITA, irá muito em breve proceder, em colaboração com a Cooperativa de Solidariedade Social, à reabilitação de habitações localizadas no Bairro Sá Carneiro. São estes alguns exemplos do trabalho desenvolvido por este executivo na área da Acção Social, de forma directa, ou em parceria com outras entidades. Consideramos que é este o caminho da coesão social.

Aproveito a oportunidade para também vos falar da comemoração do Dia Internacional da Mulher, uma vez que é no dia 8, e até lá não vamos estar juntos pelo menos neste âmbito.

O Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, é um momento apropriado não só para fazer o balanço das desigualdades a que a mulher continua sujeita, mas também para tornar visível tudo o que as mulheres com a sua capacidade, trabalho e persistência estão a alterar. Abordar o tema da igualdade de género numa perspectiva progressiva e transversal que hoje se impõe, exige criatividade e capacidade de entrega, que ultrapassa em muito o simples cumprimento do dever funcional. As conquistas das mulheres na sua luta pela igualdade, nunca são um ponto de chegada, são sempre um ponto de partida para novos combates. A progressão para uma verdadeira paridade na tomada de decisão é ainda limitada, há que prosseguir o esforço de trazer para primeiro plano da agenda política e mediática, a promoção de igualdade de género em todos os



domínios da acção e particularmente a violência entre as mulheres e as discriminações múltiplas. Continua, portanto, a ser imperativo promover a igualdade de género e combater todas as formas de discriminação.

E perdoem-me aproveitar esta oportunidade, para vos dizer que a Mulher Século XXI, de que sou Presidente, vai levar a efeito um jantar no dia 8 de Março, na Quinta dos Lagos, em Vale do Horto, Leiria, e desde já vos convidava para estarem presentes. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Domingos Carvalho

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Boa noite a todos!

Com esta saudação não faço distinção de títulos, de cargos, nem sequer de género.

Senhor Presidente, permita-me que comece por lhe dizer que o meu silêncio obviamente pretendeu subscrever a sua apresentação e a do deputado João Cunha, sobre a Madeira. Há no entanto uma palavra que eu gostava de deixar aqui aos madeirenses e que não vi aí retratado, a coragem.

Acho que perante aquilo que nós vimos, é preciso muita coragem. Também queria aqui deixar uma nota, em particular ao senhor Presidente e ao senhor vereador da Cultura, sobre a questão aqui apresentada por um elemento do público, do Teatro O Nariz.

E pedia exactamente à Câmara, obviamente que como órgão, como uma entidade cultural, que possam ter o apoio de que não tenho dúvida que andarão à procura, mas queria aqui deixar uma nota, porque eu sou daquelas pessoas que gostam de dizer sempre tudo certinho e direitinho, e ali o deputado João Cunha pode corroborar esta tese.

Em determinado momento o meu clube, Sport Leiria e Marrazes, do qual eu sou Presidente da Assembleia Geral, tinha uma pequena incidência com uma entidade chamada Vida Plena, que é um órgão dos Rotários, do qual tinha como Presidente o Presidente do Orfeão de Leiria, Dr. Henrique Pinto, acho que é assim que o senhor se chama, que na altura escreveu um texto que me atingiu



particularmente, e o Sport Clube Leiria e Marrazes permitiu que o Vida Plena ficasse até ao final da temporada lectiva, a utilizar o espaço que estava a utilizar. Porque acho que nós devemos ser sempre coerentes, sempre, e há pessoas que têm um dever de coerência acrescido, eu pedia às pessoas do Orfeão que tivessem, na pessoa do seu Presidente, essa coerência.

Dito isto, uma nota.

O funcionamento desta Assembleia, convém que seja dito e que tenhamos toda a consciência, em termos físicos é mau. Há sítios onde a Assembleia Municipal é mesmo uma sala que tem características de Assembleia Municipal, isto por causa da questão dos jornalistas que foi referida. Era importante que nós pensássemos que de facto, não faz muito sentido que eu esteja a falar daqui, eu devia estar a falar dali, do meu lugar na minha bancada. Como sabem, há muitos sítios que é assim que funcionam as assembleias municipais, não é a Assembleia da República, essa claro que sim.

Portanto, é uma preocupação que deixo, que é uma preocupação de todos nós, de facto as nossas condições de trabalho continuam a ser limitadas e era importante que pensássemos obviamente nos jornalistas que estão aqui a trabalhar também, mas em todos nós que temos que fazer esse trabalho e não temos uma sala com a dignidade que a própria Assembleia merece.

A questão que aqui me trazia particularmente era a questão do centro comercial e eu aqui tenho que fazer uma pequena reflexão, tal como o deputado Pedro Biscaia e muito bem, e eu reconheço-lhe essa preocupação pela cidade, não pela nossa mas pela construção da cidade, pela construção do edifício intelectual.

Eu sou daquelas pessoas que defendem que nós políticos, temos obrigação de definir PDM's, planos de pormenor, planos urbanísticos, e com isso é que nós definimos as características da cidade que queremos. São estes os instrumentos que nós devemos ter, e temos, à nossa disposição, para definir o tipo de cidade que queremos, e o resto, o tipo de edificação deve ser deixado realmente aos promotores, aos construtores, a quem quer fazer aquilo que nós todos, políticos, representantes do povo, idealizámos. E portanto, nós políticos estamos a falhar porque não estamos a cumprir a nossa função, não temos o PDM revisto, não temos os planos de pormenor devidamente aprovados, discutidos e analisados, não temos planos urbanísticos discutidos e analisados. É aí que nós falhamos!



E é por isso que digo que sou daqueles que dizem que nós temos a obrigação. Ao criar este tipo de comissão, e eu obviamente que estou de acordo que se faça a discussão pública, para mim é basicamente por uma razão: Há um motivo fundamental para que o façamos, porque eu vi, percebi, que a proposta do promotor vinha para a minha rua, vinha para a nossa rua, a partir daí ele chamou-nos à discussão. Ele não estava a fazer uma proposta àquilo que era dele, ele estava a fazer uma proposta que envolvia aquilo que é nosso. Ora, parece-me evidente que a partir daí ele diz, venham discutir connosco. Portanto, na minha opinião, foi o próprio promotor que nos estava a convidar à discussão pública do projecto. Tão simples quanto isto!

Quanto à questão e aí eu corroboro da tese defendida pelo senhor vereador do pelouro, de que a existência de uma comissão de acompanhamento e a existência do debate público, não deve, não pode de forma nenhuma, fazer com que isto se arraste de uma forma excessiva. Não há qualquer dúvida que quem vai investir dinheiro para fazer o projecto, o dinheiro custa dinheiro, e o dinheiro hoje está muito caro porque não há. E portanto, é extremamente importante que todos tenhamos essa consciência.

E eu, garanto-lhe senhor vereador, senhor Presidente, que tenho essa consciência e que queria manifestá-la aqui para todos, porque em determinado momento alguém me disse, noutros tempos, que os homens da construção ganhavam muito dinheiro e a verdade é que nós estamos a viver uma crise muito grave e ter quem quer investir é importante e por isso nós temos a obrigação e acho que a devemos assumir claramente, de trabalhar de forma eficaz e célere. Permitir que, se o homem tem vontade de investir, haja uma capacidade de investir que seja feita de forma rápida e eficaz.

E termino, senhor Presidente, com duas notas.

O senhor Presidente referiu há pouco que a ordem de trabalhos é mais importante do que o período de ""antes da ordem do dia"". É evidente que, como sabe, para nós, elementos das Assembleia, não o vejo exactamente dessa forma, ou seja, coloca-se a questão em termos de mais importante para quem? Penso que o que nós estamos hoje a assistir aqui em termos de debate desta matéria, prova que realmente o período de ""antes da ordem do dia"" é o período em que na Assembleia vêm os assuntos que são os nossos assuntos aqui, se não,



teremos que passar a ter uma outra forma de organização que é passar, quase diria, como existe na Assembleia da República, uma comissão de líderes que faz a discussão das ordens de trabalhos e temos agendamentos super complicados. Como não é assim que funciona, eu peço ao senhor Presidente que nos dê alguma liberdade até pela razão que há pouco lhe aduzi e que me dispense de repetir aqui.

Mesmo para terminar. Da última Assembleia, sobrou-me uma nota que eu também tenho que reproduzir aqui. A dado passo, está na página 75 da nossa acta, o senhor deputado José Manuel Silva referiu, disse e cito "*nada apaga a derrota humilhante que o senhor Presidente da Câmara e o PS infligiram ao PSD*".

Sem querer discutir, não é a minha guerra sequer, há uma coisa que eu quero dizer e quero que fique aqui clara, se há derrotas humilhantes há vitórias humilhantes. Dou-vos um exemplo. Todos com certeza se lembram, em particular os que gostam de futebol, há tempos a França apurou-se para o Mundial da África do Sul com um golo marcado com a mão. Uma humilhação! Claramente quem ficou humilhado ali não foi a Irlanda que não vai ao Mundial, foi a França e os franceses. Isso também acontece quando há resultados dois/dois, três/três, quatro/quatro, cinco/cinco, e depois num livre indirecto, marcado de qualquer maneira, faz-se um golo e consegue-se uma vitória. Muito obrigado.

### **PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)**

Muito obrigado senhor deputado.

Antes de dar a palavra ao senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, gostava de recordar às senhoras deputadas e aos senhores deputados municipais, e bem assim aos respectivos grupos políticos, que anunciei na primeira sessão desta Assembleia, depois da minha tomada de posse como Presidente da Assembleia, que agendaria para as reuniões das assembleias municipais como pontos de ordem de trabalhos, aqueles que os senhores deputados municipais entendessem dever-me solicitar que os agendasse. Não compreendo portanto, senhor deputado Domingos Carvalho, a observação que fez. Se os deputados municipais e os seus grupos quiserem agendar um ponto, não precisam de usar o período de "antes da ordem do dia" e esticá-lo para discutir esse ponto, bastar-me-á que me



solicitem porque eu agendo-o como ponto da ordem de trabalhos. Fiz disso profissão de fé no momento em que tomei posse como Presidente desta Assembleia, e disse que me recusava a ser Presidente de uma Assembleia cuja ordem de trabalhos era exclusivamente determinada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, ou pela Câmara Municipal a que ele preside. Gostaria de cumprir essa palavra até ao fim do mandato.

Portanto, se as senhoras deputadas ou os senhores deputados municipais entenderem dever-me solicitar o agendamento de um ponto para a ordem de trabalhos, eu terei todo o gosto de o agendar, e aí o apresentante, conforme consta do nosso Regimento, porque de resto isso está regimentalmente previsto, dispõe de um tempo para apresentar o ponto. Todas as bancadas podem discutir e o apresentante dispõe de tempo para encerrar a discussão, nada há de mais democrático que isto e isto é o Regimento que nós aprovámos. Não vamos é subverter as coisas fazendo do período de “antes da ordem do dia” aquilo que pode, com alguma preparação, ser um ponto da ordem de trabalhos. Fui claro? Podemos passar adiante? Muito bem!

Senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

***DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)***

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

A unanimidade conseguida no sentido de se efectuar a discussão pública referente ao projecto do centro comercial no terminal da Rodoviária, que era a base da nossa intervenção, leva a que prescindamos de vos maçar com o argumentado que tínhamos preparado e que, apresentaremos mais tarde, em virtude de se ter conseguido o que nós queríamos que era a discussão pública.

Em relação à Leirisport.

Senhores deputados, já que eu prescindi de falar durante mais tempo ao menos dêem-me um pouco de atenção agora. Devo dizer que não vi mais ninguém tomar esta posição sabendo que já tínhamos conseguido o que queríamos.

Na anterior Assembleia Municipal foi constituída uma comissão de estudo que se a memória não me atraiçoa teve somente duas sessões de trabalho. A maioria a quem cabia marcar as reuniões viu em primeiro lugar o seu representante abandonar a comissão e, apesar dos apelos feitos, nomeadamente por nós, não se conseguiu a nomeação de mais nenhum representante para a Comissão, nem



a marcação de qualquer reunião até ao fim do mandato. Parece-nos, que a situação que originou a criação da mencionada comissão se mantém, pelo que, propomos a manutenção da mesma, devendo os grupos partidários que compõem esta Assembleia, nomear o seu representante para fazer parte dela, a fim de poder recomeçar os trabalhos. Portanto é uma proposta.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor deputado, depois vou pedir-lhe que apresente de novo a proposta, quando chegar o momento de discuti-la e votá-la.

O Partido Socialista dispõe de um minuto do seu tempo. Só há uma deputada do Partido Socialista inscrita, obviamente que não vou condicioná-la a esse minuto, mas não deixarei de chamar a atenção para o facto de dispor de um minuto dos vinte e cinco que tinha.

Tem a palavra a deputada Patricia Ervilha.

***DEPUTADA PATRICIA ERVILHA (PS)***

Muito boa noite a todos.

É a minha primeira intervenção e é com enorme prazer que me dirijo pela primeira vez a esta Assembleia. E faço-o, de facto, hoje, convicta de que já é visível uma mudança neste Concelho.

Depois de anos e anos em que a cultura autárquica foi sobretudo uma sùmula de acontecimentos pontuais e avulsos, assistimos neste momento a uma clara aposta na gestão cultural. Esta gestão é agora realizada através de uma oferta de qualidade para públicos diferenciados em primeiro lugar, através da requalificação e do reposicionamento dos espaços e equipamentos culturais numa gestão estratégica. E permito-me repetir gestão estratégica.

Na maior acessibilidade ao património cultural por exemplo, com medidas tão simples e também tão eficazes, como o alargamento dos horários de funcionamento dos espaços, indo de encontro às necessidades reais dos cidadãos. A gestão cultural do Município implica também o envolvimento dos seus diversos actores, e também aqui o trabalho de proximidade com as associações locais é já uma realidade. A autarquia está agora claramente voltada para o exterior, com uma gestão participada da cultura, com uma gestão conjunta com os actores culturais locais.





Na Educação, depois da constatação de degradação do parque escolar do 1º ciclo, depois da constatação da degradação dos equipamentos um pouco por todo o lado, depois da constatação da inércia nas respostas às necessidades imediatas das escolas, só um critério de racionalidade, eficácia e eficiência podia agilizar a solução dos problemas. Neste momento, são já realidade esforços de uniformização da gestão dos materiais de conservação dos edifícios e dos equipamentos, bem como, uma política centrada na simplificação de processos, sendo disto exemplo a criação de uma linha de apoio à resolução imediata de problemas tecnológicos e informáticos nas escolas, bem como, à simplificação dos procedimentos na resposta aos pedidos de intervenção.

A redução da carga burocrática é já uma realidade como também já foi referido. Os sinais são evidentes, as mudanças também, não obstante o pouco tempo desta gestão autárquica. Estes sinais criam naturalmente uma expectativa maior, mais exigente, mais rigorosa e mais ambiciosa.

Saúdo, portanto, o executivo, e apelo à manutenção desta forma de agilizar a gestão autárquica, e de a aproximar dos cidadãos e de simplificar processos com benefício para todos. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado João Cunha.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

Eu gostava, em primeiro lugar, de fazer só um ponto prévio. Não tinha previsto isto que vou dizer, mas é só um pedido de esclarecimento em relação a uma observação que foi feita aqui pelo deputado Domingos Carvalho, que citou o meu nome directamente, e eu gostava de precisar em relação ao que ele disse sobre uma situação que envolveu a Associação Vida Plena e o Sport Clube Leiria e Marrazes.

Gostava de dizer que, à data, eu era Presidente do Sport Clube Leiria e Marrazes e fui eu que negocieei o protocolo com a Associação Vida Plena.

Nunca o Dr. Henrique Pinto foi interveniente nesse processo. Portanto, é só um pequeno esclarecimento que gostava de dar, para que não houvesse aqui situações menos claras.



Relativamente à questão que me traz aqui hoje, eu não sei senhor Presidente, se já estou a exceder o meu tempo ou se ainda me resta algum tempo...

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor deputado dá-me licença que esclareça aqui uma coisa?

Eu gostava de esclarecer a Assembleia de que levei com rigor o tempo, e interpretei com rigor o Regimento, ou seja, os senhores Presidentes e a senhora Presidente de Junta de Freguesia, se usaram da palavra para tratar de assuntos que dizem respeito às suas Freguesias, não contam para o tempo dos respectivos partidos. E portanto, o PSD ainda só teve uma intervenção, a do senhor deputado Francisco André, foi a única e durou oito minutos. O mesmo aconteceu com as intervenções do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira, e assim dispenso-me de referir os senhores Presidentes de Junta, porque eles não contam para o tempo dos respectivos partidos. É um preceito regimental senhores deputados.

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

Muito obrigado senhor Presidente pelo esclarecimento e dado que ainda estou no tempo regulamentar, vou prosseguir a intervenção.

Foi com uma certa curiosidade que ouvi aqui desfilar hoje, enfim, a comissão de apoio digamos assim, à Câmara Municipal, foram brilhantes na forma como elogiaram a actividade do executivo, foi talvez até digno de registo a forma como fizeram aqueles encómios. Deu-se o caso do deputado Luís Pinto, por exemplo, ter citado a estrada de ligação da Bidoeira à Guia que não é uma obra camarária, como sabe é da Comissão Intermunicipal do Pinhal Litoral e que foi aprovada com o respectivo cabimento orçamental. Portanto essa necessidade de sublinhar essas coisas, às vezes foge um bocado à realidade. E eu sei o que estou a dizer porque eu como deputado municipal participei na Comissão Intermunicipal do Pinhal Litoral e participei na votação em que essa decisão foi tomada, portanto estou a falar com conhecimento de causa. E acho curioso essa forma tão original de encómios à Câmara Municipal, mas eu acho que há aqui uma inversão, penso eu, de atitude.

Eu penso que quem devia realmente dar aqui conta, à Assembleia Municipal, da actividade do seu Município era o senhor Presidente da Câmara de uma forma politicamente capaz. Eu penso que ele o vai fazer, que ele não precisa de outras



peças para o fazerem por ele, penso que ele é suficientemente capaz para o fazer, e vamos aguardar com toda a curiosidade e todo o interesse essa sua prestação. E gostava de dizer que esta atitude, de vir aqui dar conta à Assembleia Municipal das coisas que se vão passando, é uma coisa a que as pessoas têm que se habituar. Eu requeri na última Assembleia Municipal, através de três requerimentos escritos, a informação sobre determinadas coisas que o senhor Presidente da Câmara tinha dito através dos jornais. Eu gostava de informar a Assembleia, que hoje apenas, me foram entregue os documentos que solicitei nos meus requerimentos. Eu gostava de, nesta Assembleia, falar sobre os assuntos que requeri, mas de todo não me é possível e portanto terei oportunidade de o fazer numa próxima situação.

De qualquer forma agradeço à Câmara Municipal, de me ter remetido os respectivos documentos que irei analisar com toda a atenção, e nessa altura terei oportunidade de acertar sobre a informação que me foi dada.

Mas esta atitude de prestar contas parece-me que é um hábito salutar e em relação a este projecto, que nós hoje temos estado aqui a assistir à discussão, e que já suscitou um consenso, relativamente a uma comissão de acompanhamento e a uma discussão pública, penso que não é o único assunto que deverá ser objecto de discussão pública. Há projectos estruturantes que contêm com a vida de todo o Concelho que devem ser aprofundadamente discutidos, devem ser trazidos à discussão pública e refiro-me nomeadamente à questão do Estádio, do Topo Norte, refiro-me nomeadamente também àquilo que o senhor deputado Carlos Guerra e muito bem, salientou aqui, relativamente ao futuro dos Serviços Municipalizados e das Águas, e refiro-me à questão da situação do túnel ou não túnel, e do I.C.36 e das respectivas portagens. Podia referir aqui uma série de situações, que é de todo o interesse que as pessoas conheçam de uma forma mais aprofundada. Mas eu, realmente, só vejo o senhor Presidente da Câmara a dar entrevistas aos jornais, e aqui na Assembleia fala pouco, muito sinceramente gostaria de o ver falar mais aqui na Assembleia, embora tenha todo o gosto em o ver nos jornais e de o ler nos jornais, sempre que posso.

Gostaria só de dar a minha concordância plena a esta ideia de debate público, mesmo que isso signifique o queimar das pestanas do senhor vereador Lino



Pereira. Mas eu gostaria mesmo que este debate público fosse aprofundado, e quando estamos a falar de questões que já foram elas próprias também anteriormente objecto de debate público, como foi o caso do Plano de Pormenor Leiria/Centro, ao haver alterações digamos assim para a zona que envolve este plano, que elas voltassem a ser novamente discutidas, é de bom-tom. E é importante até porque se as iniciativas dos promotores são de acarinhar, naturalmente que elas podem vir a ser reforçadas se fruto da discussão pública surgirem sugestões importantes que o próprio promotor pode acolher. E portanto, este frenesim que acontece muitas vezes de, ao primeiro impulso do promotor, ir-se a correr dizer que se dá o ok sem previamente ponderar todas as questões, porque nós estamos a falar desta questão do projecto da Rodoviária mas podemos falar também do projecto Porto Moniz como podíamos falar do projecto qualquer que ele seja. O anterior executivo pediu ao Prof. Herculano Cachinho um estudo sobre o impacto das superfícies comerciais em Leiria. Hoje, a realidade económica é um bocadinho distinta, temos uma nova crise, temos uma situação distinta, se calhar é oportuno repensar isto e voltar de novo a realizar as coisas à luz dos novos dados económicos que aqui temos. É evidente que u também não sou partidário da situação de adiar eternamente como é prática comum neste País, de estar continuamente em estudos e em discussões e nunca mais tomam decisões, também há um tempo para discussão e há um tempo para tomar decisões, e portanto os promotores e os empresários não podem estar eternamente à espera, e sob esse ponto de vista todos nós concordamos que temos ser céleres. Mas também não podemos cair na situação inversa, que é de efectivamente se prescindir da discussão daquilo que é essencial, para ir a correr satisfazer uma situação qualquer e não me estou a referir a nenhum projecto em particular, estou a referir-me em relação à atitude em si de uma forma genérica.

E já agora, essa é uma pergunta que eu deixava aqui ao senhor Presidente da Câmara, penso que conhece este processo do projecto para a Rodoviária já há alguns anos, e queria deixar essa pergunta porque não sei se isso foi comunicado à Câmara. Qual foi a justificação do promotor, aliás, acho que vem citado no corpo da deliberação, houve uma informação prévia de 8 de Julho de 2008, em que a Câmara tinha dado o seu acordo por unanimidade àquilo que tinha sido o



pedido de informação prévia, se o promotor desde essa data até ao momento em que voltou a entregar o novo pedido na Câmara desenvolveu alguma actividade, se fez alguma diligência, eu gostava de esclarecer isso porque não sei se o promotor ficou parado, se quer reconverter alguma coisa, porque acho estranho. Tendo sido aprovado por unanimidade um pedido de informação prévia, e depois, passado um tempo surge um novo pedido com alterações profundas nomeadamente em termos de volumetria. Eu não ponho em causa e nem estou aqui sequer a dissertar sobre o projecto, porque essa é outra questão que naturalmente tem que ser dissecada em local próprio, mas esta é uma pergunta que eu queria deixar porque realmente me deixa essa interrogação e por isso peço que me esclareça sobre essa matéria.

Para finalizar, gostava de falar sobre outro assunto que tem a ver com a questão do Lar da ADESBA, na Barreira, que tanto quanto sei ainda foi no tempo em que o senhor Presidente era apenas vereador, teve uma atitude de acarinhar esta obra e inclusivamente penso que intercedeu para que fosse feito um projecto por um gabinete, penso que terá feito também alguns esforços no sentido de arranjar financiamento para este lar, embora o executivo de então já tivesse aqui alguma matéria feita neste caso concreto, mas tanto quanto sei no POPH não veio contemplada nenhuma verba para este lar. E portanto gostava que me pudesse dar também uma nota sobre esta questão, sendo que foi um empenhamento pessoal seu pelo que me apercebi e li na imprensa, e gostava que me desse uma informação sobre esta matéria. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado Luís Pinto pediu a palavra? Deixou-me na dúvida se era defesa da honra se era direito de resposta. Como não creio que a honra tenha sido ofendida dou-lhe a palavra para o direito de resposta.

***DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)***

Luís Pinto, Partido Socialista.

Naturalmente senhor deputado João Cunha, a nossa bancada é uma bancada coerente e tem-no demonstrado ao longo dos mandatos. Nós sempre pedimos à anterior maioria para prestar contas ao seu eleitorado, prestar contas aos munícipes, e é aquilo que nós fomos fazendo hoje e vamos fazer sempre, porque



é uma questão de coerência. Por outro lado, quero-lhe dizer que também, ao nível da coerência, nós promovemos a discussão pública, coisa que na maior parte dos projectos das suas anteriores maiorias não acontecia, como aconteceu por exemplo com o Continente, que teve tanta intervenção na nossa vida comum e no entanto não houve nenhuma discussão pública, e inclusivamente como já foi hoje aqui levantado pelo nosso grupo, há muitas dúvidas sobre a seriedade com que estava a ser negociado o outro concurso.

Portanto, o que pode notar na nossa bancada e o que naturalmente fará aqui justiça se nos quiser interpelar, é quando nós não formos coerentes, mas nós estamos a ser coerentes. Por outro lado quero dizer-lhe, é melhor ler bem o Regimento, e toda a forma de funcionar, o senhor deputado não pode fazer requerimentos para pedir esclarecimentos sobre entrevistas de jornais, pode fazer requerimentos sobre decisões, documentos da autarquia, etc., agora sobre entrevistas que os políticos dão não se pedem requerimentos. Obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Leonel Costa.

O grupo do PSD ainda dispõe de dois minutos do seu tempo.

***DEPUTADO LEONEL COSTA (PSD)***

Boa noite.

Leonel Costa, PSD.

Gostaria de chamar a atenção para os problemas com que os cidadãos da região e empresas têm sido confrontados com os sucessivos cortes de energia. De facto coloca as empresas com os mais variados problemas e em diferentes patamares tais como prejuízos directos e indirectos, aumentos dos custos de produção, problemas de logística, cumprimento de prazos, não qualidade, dificuldades de planeamento, enfim, stress.

Atendendo que a essência de algumas e muitas empresas exportarem, e em muitos casos terem até às data destes cortes clientes nas nossas empresas passamos a dar uma imagem de facto de terceiro mundista.



É lamentável que a EDP continue a colocar-nos numa posição claramente leonina e intocável, não respondendo claramente às obrigações e deveres que lhes competem, desresponsabilizando-se claramente dos prejuízos que causa às empresas e aos cidadãos. Mais lamentável é ainda, que não responda sequer às solicitações que lhe têm sido feitas, neste caso e em particular pelo NERLEI, à marcação de uma reunião para discussão de tão premente assunto. Sabendo nós também que fazem investimentos externos com os milhões de euros gerados em Portugal e não fazem manutenção das respectivas redes de distribuição. Mais ainda é lamentável, que as associações de empresários e até o Governo, comungam da mesma opinião na tão desejada diplomacia económica a levar a cabo pelos diferentes take holders, empresários IAPMEI, ICEP, associações empresariais e Ministério dos Negócios Estrangeiros, na divulgação da imagem de Portugal além fronteiras, na promoção de exportações tão necessárias ao desenvolvimento de uma economia e a consequente melhoria da performance das empresas. São presenciadas, pelos nossos clientes, situações caricatas de cortes de energia, como no dia 24 de Fevereiro, em que as empresas tiveram as suas unidades paradas quase vinte e quatro horas, com picos que existiram tanto na região de Leiria como na Marinha Grande. Pode-se dizer que andam uns a arranjar com as mãos e os outros a estragar com os pés.

Sugiro assim, e de bom-tom, que fosse criada uma comissão que em vez de ter uma perspectiva de análise crítica, negativa, como se passa muitas vezes nesta Assembleia, como constantemente acontece e somos confrontados, fosse criada uma comissão com uma visão construtiva no sentido de encontrarmos soluções de forma a resolver este problema, que na sua essência pensasse em conjunto com o NERLEI, que tem dados para poder analisar essa questão, de forma a apresentar aos deputados representados na Assembleia da República e em conjunto com deputados da Assembleia Municipal, no sentido de ser marcada uma reunião com o senhor Presidente do Conselho de Administração da EDP e caso assim não aconteça, com o Presidente da ERSE. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Tem a palavra o senhor deputado Vítor Lourenço.



### ***DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)***

Boa noite senhor Presidente, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Não estava na minha programação fazer nenhuma intervenção sobre os temas aqui em discussão no período de “antes da ordem do dia”, mas realmente depois de algumas intervenções também não podia deixar de dar aqui a minha opinião. Não sobre a substância do assunto mais importante, no fundo todas as bancadas traziam esse assunto para a Assembleia, o que é sinal que temos muitos pontos em comum, e portanto dar o contributo de todos nós, de todos os grupos que pertencem a esta Assembleia, para que a Câmara possa melhorar a sua acção. É realmente um papel predominante e dominante que uma Assembleia Municipal deve ter, se bem que, nos assiste o direito de criticar as acções que tenham que ser criticadas, e fiscalizar os actos que tenham que ser fiscalizados.

Mas na verdade eu fiquei muito entusiasmado com as intervenções que ouvi aqui dos senhores deputados do grupo do Partido Socialista, acerca da actividade da Câmara cujo relatório vai ser presente, com muitas páginas de relatório de actividades deste trimestre da nossa Câmara Municipal. E portanto, pensei que era redundante os senhores deputados virem falar de uma coisa que vai ser apresentada de seguida, que é o relatório de actividades da Câmara Municipal.

É um hábito novo, não tenho nada a comentar, a não ser dizer-vos que nalguns dos encómios que aqui foram exageradamente feitos esqueceram-se de dizer que algumas das obras, algumas das acções, vinham realmente programadas e iniciadas, e lançadas, e com apoios financeiros contratualizados, do anterior executivo. Mas não vos compete a vós dizer isso, naturalmente, compete-vos a vós fazer o papel que aqui fizeram.

Eu gostaria apenas de dizer à senhora deputada Patricia Ervilha que naturalmente, a força da juventude, leva-nos muitas vezes a defender exageradamente as nossas posições. Quero dizer que sobre Educação e Cultura estou a reservar-me, tenho acompanhado a actividade da Câmara com a atenção possível, e não é ao fim de cem dias que se pode fazer um balanço, fazer um retrato, vir aqui dizer algo sobre isso seria demagogia da minha parte, daqui a um ano cá estaremos para ver.





Eu sempre queria dizer à senhora deputada que a Cultura é muito mais do que programação cultural, Cultura são questões que têm a ver muito com o nosso património, são o que tem a ver com o nosso património histórico, com o nosso património arqueológico, com o nosso património material e com o nosso património imaterial. Não sei se a senhora deputada aqui referiu alguma actividade nova da Câmara sobre esse assunto. Falou realmente sobre programação cultural, eu gostaria de ver os teatros de Leiria e as salas de espectáculos sempre cheias de público, tenho muita pena dizer-lhe que tenho visto alguns bons espectáculos com salas meias e menos de meias, e a programação cultural tem que ser feita com público mas tem que se trabalhar muito para arranjar e para cultivar os novos públicos. Mas eu reservo-me para muito mais tarde eventualmente fazer essa apreciação, porque nós estamos aqui para fazer a apreciação da actividade da Câmara.

Também sobre as questões de Educação, apenas gostaria que tivesse havido aqui algum projecto novo que não estivesse já em curso, mas não ouvi. Portanto senhores deputados, há um velho ditado popular que eu não deixo de citar aqui, embora ele pareça um pouco popularucho mas é a voz do povo "*gaba-te cesto que amanhã vais à vindima*". Muito obrigado.

### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.

Lembro aos senhores deputados, que ainda faltam votar alguns documentos que surgiram no período de "antes da ordem do dia" e que já levamos duas horas e quinze minutos de período de "antes da ordem do dia". Respeito a opinião dos que entendem que mais importante é o período de "antes da ordem do dia", respeitarão com certeza a minha no sentido de que, nas assembleias municipais, o mais importante não é esse período, o período de "antes da ordem do dia" é, por definição, isso mesmo.

Senhora deputada Laura Esperança, não dou a palavra a mais nenhum deputado. Terminou o período de "antes da ordem do dia", de resto não estava inscrita senhora deputada.

A senhora deputada vai-me desculpar uma coisa, mas terei que lhe dizer com toda a honestidade. A senhora deputada inscreveu-se no seu email, eu dei-lhe a



palavra, usou o tempo conforme quis, porque eu não lhe limitei os assuntos, terminou o período de “antes da ordem do dia”, e agora vem invocar uma coisa que não disse e que queria dizer. Não posso fazer isso senhora deputada! Não lhe concedo a palavra! É uma questão de princípio e de gestão de uma Assembleia.

A senhora deputada terá de dizer-me para que é que quer usar a palavra. É uma questão regimental. As senhoras e os senhores deputados compreendem que elegeram o Presidente da Assembleia Municipal para dirigir os trabalhos da Assembleia Municipal...

***DEPUTADA LAURA ESPERANÇA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LEIRIA)***

Eu queria pedir desculpa mas a interpretação foi errada, porque eu quando lhe mandei o email disse-lhe que queria intervir sobre dois assuntos. Um já intervim e o outro ainda não, e por isso vou guardar para a próxima. Muito obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhora deputada.

Vamos passar à votação dos pontos que sobraram do período de “antes da ordem do dia”.

O deputado José Manuel Silva propôs a criação de uma comissão de acompanhamento do projecto de requalificação da Avenida Heróis de Angola, nomeadamente do espaço onde está instalada a Rodoviária do Tejo.

Senhor deputado José Manuel Silva foi esta a sua proposta? Com que composição? É o normal, é um de cada partido? Se alguém quiser discutir eu não darei mais que cinco minutos para a discutir, se não quiserem discutir passarei à votação dela.

Faça favor senhor deputado

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhor deputado José Manuel Silva, senhor Presidente, eu tenho alguma dificuldade em ver este tipo de comissões que não têm exactamente um objectivo muito claro e muito concreto.

Recordam-se, e foi já hoje aqui falado, de uma comissão de monitorização do funcionamento da Leirisport. Recordar-se-ão de eu aqui, ao tempo, ter colocado



a questão de, exactamente por via de ser uma acção tão difusa, o resultado iria ser nada. Lamentavelmente tive razão. E eu tenho receio que aqui aconteça o mesmo, ou seja, acompanhar o quê? Vamos acompanhar as obras, vamos acompanhar o projecto, vamos estar na Câmara? Era importante que definíssemos exactamente o que é que essa comissão vai fazer e até para definirmos quem é que a deve integrar. No meu caso tenho que saber se é uma questão mais política ou mais técnica. Acho que é fundamental que o façamos dessa forma, saber o que vamos fazer.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor deputado Pedro Biscaia.

***DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)***

Era uma simples proposta acerca da designação, até para sermos mais precisos daquilo que vamos fazer. Eu sugeria mesmo uma comissão de acompanhamento, avaliação e promoção do debate, se calhar, acerca do empreendimento comercial na Avenida Heróis de Angola.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Há aqui algo que não pode ser. A Assembleia Municipal não promove o debate, o debate público tem que ser promovido pela Câmara Municipal.

Faça favor senhor deputado.

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)***

Eu para ser franco, acho que não vale a pena gastar muito tempo com este ponto. O que se estava a propor era uma coisa muito simples. Como já se viu, já houve aqui uma comissão da Assembleia Municipal que produziu resultados práticos, e o que se pretende agora é uma coisa tão simples como isto:

A Assembleia Municipal, no uso da competência que tem, nomeia uma comissão, essa comissão é constituída por um deputado de cada partido, ou se alguém se opuser a esta situação e preferir uma situação de proporcionalidade tudo bem, não faço nenhuma questão com isso, e acho que o mais importante é que se crie uma comissão que possa funcionar bem, e por isso, se calhar, um representante de cada partido é o melhor, que vai fazer em nome da Assembleia Municipal o acompanhamento deste processo no sentido em que pode acompanhar, pedir os elementos, formular um juízo, promover debates se entender que os deve promover. Porque evidentemente a Câmara Municipal pode ou não pode, faz se



quiser, um debate público sobre isto, mas a comissão de acompanhamento da Assembleia Municipal pode fazer o quiser no âmbito das suas competências. Até porque o debate público qualquer um de nós o pode fazer, é um sofisma vir para aqui dizer que a Câmara é que tem que lançar o debate público. Eu até acho que devem ser os cidadãos que devem fazer o debate. A Câmara faz o que lhe compete, que é analisar o projecto, analisar as opiniões dos cidadãos e as opiniões que forem aqui dispendidas na Assembleia Municipal, cada um de nós é livre de fazer o debate, não precisamos de andar a pedir à Câmara que faça o debate. Nós também não fomos pedir ao Presidente da Câmara para fazer ou não fazer aquilo que ele tem para fazer. Portanto, escusamos de vir para aqui fazer queixinhas de que a Câmara não debate. Nós estamos cá, fazemos o debate, e a comissão pode fazer o que entender dentro dos limites da sua competência.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

A proposta que foi apresentada e é a proposta que será votada, não inclui metodologias, inclui composição e objectivo, ou seja, uma comissão de acompanhamento constituída por um representante de cada partido. O resto é um problema interno de organização da comissão, na qual a Assembleia não deve interferir neste momento. O senhor deputado fará como entender, eu ponho a proposta à votação tal como ela foi apresentada. Faça favor senhor deputado.

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Domingos carvalho, CDS/Partido Popular.

É que eu perante essa situação, penso que também tenho que apresentar uma proposta...

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Não, não pode apresentar uma proposta.

***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Senhor Presidente, faço um ponto de ordem à Mesa e apresentá-la-ei.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Não pode senhor deputado...



***DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)***

Senhor Presidente esta Assembleia é soberana e nós discutimos em Assembleia se votamos ou não. Aquilo que está em causa, se me permite senhor Presidente, agora no uso da palavra, é o seguinte:

Aquilo que tem que ficar aqui muito claro para todos nós, é que a comissão de acompanhamento deste processo não é um pró-forma, não é para que fiquemos todos contentes e vamos para casa dormir. É para que haja consequências objectivas desse debate, é para que aquilo que acontecer, decorrente da acção desta comissão, possa conformar a decisão sobre o projecto, porque é isso que está em causa. Eu não estou disponível para integrar uma comissão que tenha como função nada, porque a decisão está tomada e os dados estão lançados. Entendemos? E é importante que tenhamos, todos, isto muito claro, e eu tenho a certeza que os homens do Partido Socialista têm consciência disso, tenho a certeza absoluta que vocês têm consciência disso.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor deputado vou dizer-lhe uma coisa muito clara.

As propostas são apresentadas no período de “antes da ordem do dia” o qual já terminou. Ficou claro? Razão pela qual, quando o Partido Socialista quis aditar pontos à sua proposta eu não aceitei. A proposta é uma proposta de constituição de uma comissão de acompanhamento, com um representante de cada partido, aditamentos à proposta deveriam ter sido apresentados no tempo próprio. Agora estamos apenas na fase de discussão e votação. É assim que funciona! Não pode funcionar de outra forma.

Senhora deputada faça favor.

***DEPUTADA MARIA CLARISSE LOURO (PSD)***

Maria Clarisse Louro, independente na lista do PSD.

O esclarecimento que eu preciso de ter e eu tinha até uma intervenção para fazer, mas dado o adiantado do tempo não a pude fazer.

Este debate implica discussão ou não implica discussão? É que os leirienses querem que este projecto seja discutido, e os leirienses precisam que ele seja discutido, porque eles precisam de ter palavra e querem ser ouvidos naquilo que se vai fazer na Rodoviária, porque o projecto está completamente alterado, não é aquele que nós conhecíamos. E portanto, quero saber se é discussão pública ou é



uma comissão de acompanhamento única e exclusivamente formada por deputados.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

As senhoras e senhores deputados se estiveram com atenção durante a evolução do período de “antes da ordem do dia”, saberiam que a seguir a esta proposta há uma outra, que vai ter que ser votada, que foi apresentada pela bancada do PSD, no sentido de uma discussão pública deste projecto. O senhor deputado Francisco André formalizou uma proposta, no sentido de haver uma discussão pública do projecto, que tenciono votar a seguir, porque foi apresentada em segundo lugar. Tenho um requerimento do deputado Domingos Carvalho que diz:

*“Requeiro que a Assembleia Municipal se pronuncie sobre a suspensão dos trabalhos por dez minutos”.*

Os requerimentos não têm discussão prévia. Primeiro vota-se a sua admissão e depois vota-se o seu conteúdo. Se ele for admitido a seguir é votado, se não for admitido nem chega a ser votado. São assim as regras!

Quem vota que este requerimento seja aceite? Trinta e seis votos!

Dispensar-me-ão de contar os votos contra, porque o requerimento está admitido.

Vamos votar o **requerimento**.

Quem vota favoravelmente a suspensão dos trabalhos?

O requerimento é aprovado por maioria de votos favoráveis. Os trabalhos estão suspensos por dez minutos e tomo a liberdade de pedir aos dirigentes dos partidos que se aproximem da Mesa.



***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhoras e senhores deputados, nós fizemos uma pausa, entendemo-nos com os dirigentes dos grupos, penso que o problema está ultrapassado.

O que vamos votar é o seguinte:

Em primeiro lugar, uma proposta apresentada pelo senhor deputado José Manuel Silva, de constituição de uma comissão de acompanhamento do projecto que envolve o edifício onde está instalada a Rodoviária Nacional, comissão essa



constituída por um representante de cada grupo municipal, ou seja, cinco pessoas. Essa comissão terá o funcionamento que entender dever ter por uma razão simples, porque essa comissão não tem poderes, os poderes são da Assembleia. Ficou claro? Muito bem!

A seguir votaremos uma proposta apresentada pelo senhor deputado Francisco André, do PSD, no sentido de levar a Câmara Municipal a promover a discussão pública do projecto. São duas propostas diferentes. Conversei com os líderes dos grupos municipais e entenderam que, nesta sequência, o assunto pode ser votado.

Senhor deputado, não está em sítio nenhum da lei escrito que a Assembleia possa delegar poderes seja em quem for. Portanto, a comissão não tem os poderes da Assembleia. A comissão funciona, produz as suas reflexões, os seus trabalhos, mas não tem poderes, os seus poderes são aqueles que a Assembleia assumir. O senhor deputado saberá tão bem como eu, que num órgão desta natureza não há delegação de competências, logo, a Assembleia não pode delegar competências na comissão, quem delega funções são os titulares singulares, os órgãos colectivos não delegam funções.

Portanto, quanto à primeira proposta apresentada pelo deputado José Manuel Silva, constituição de uma comissão composta por um representante de cada grupo político, para fazer o acompanhamento do projecto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é conferida pela alínea j) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera por unanimidade aprovar a proposta e constituir uma Comissão de Acompanhamento do projecto para o edifício onde está instalada a Rodoviária do Tejo, composta por um representante de cada grupo municipal.**

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

A segunda proposta, apresentada pelo deputado Francisco André, diz o seguinte:  
*“Em face da aprovação na reunião de Câmara de 9 de Fevereiro de 2010 do Projecto apresentado pelo Promotor Imobiliário LEIRIGEC, SA, para o edifício da*



*Rodoviária, a Assembleia Municipal de Leiria delibera que este projecto seja alvo, nos termos legais, de discussão pública, dada a importância e o impacto de que o mesmo se reveste para a cidade e para o Concelho de Leiria.”*

Quero apenas fazer a ressalva que esta palavra “delibera”, está condicionada àquilo que está na lei, ou seja, se a lei disser que esta deliberação não é vinculativa, em relação à Câmara Municipal, a Assembleia Municipal não pode impor uma decisão que a lei não consinta. Portanto, que fique claro na acta, que o Presidente da Assembleia Municipal fez esta ressalva. Se a lei não consentir que haja um poder vinculativo, esta deliberação é tomada pela Câmara Municipal na conta de uma recomendação obviamente. Fomos claros?

Faça favor senhor deputado.

***DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)***

De acordo com o teor da alínea j) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, o que está aqui em causa é o condicionar aquilo que são competências estritas da Câmara Municipal. Evidentemente que nós podemos, aqui, recomendar que a Câmara Municipal suscite a discussão pública do problema. Não podemos estar, em particular na minha opinião, a votar uma coisa que é obrigar a Câmara a pôr o projecto em discussão pública. Isso é um problema da Câmara!

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Os senhores deputados dão-me licença?

Aquilo que o senhor deputado José Manuel Silva leu, não se aplica a esta proposta. Aquilo que o senhor deputado leu diz “deliberar sobre comissões”, esta proposta não fala de comissões. É assim que começa este texto do artigo “deliberar sobre comissões”, esta proposta não fala de comissões.

Senhores deputados, a minha proposta foi pragmática, foi votarmos isto. Se aprovarmos, a Câmara Municipal tem plenos poderes para verificar se isto tem conformidade com a lei. Duvido que tenha, se não tiver, aquilo que é uma deliberação passar a ser uma recomendação. Acham que isto é complicado?

Senhor deputado José Manuel Silva, eu insisto na minha formulação. A proposta tem a palavra “delibera”, se a Câmara Municipal, consultando os seus serviços jurídicos, concluir que a Assembleia não tinha poderes para tomar esta deliberação, onde está deliberação leia-se recomendação, com esta ressalva podemos fazer avançar a proposta.





Podemos votar assim?

Quem vota contra a proposta? Um voto contra.

Quem se abstém? Seis abstenções

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com um voto contra e seis abstenções, aprovar a proposta no sentido de que o Município de Leiria promova uma discussão pública do projecto apresentado pelo Promotor Imobiliário LEIRIGEC, SA, para o edifício da Rodoviária na Avenida Heróis de Angola.**

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

O deputado Vitorino Vieira Pereira propõe a constituição de uma comissão, que foi criada na Assembleia Municipal anterior, para efectuar um estudo sobre a actividade da Leirisport, entendendo que a situação que originou essa comissão se mantém. Propõe, por isso, a manutenção dessa mesma comissão, devendo os grupos partidários que compõem a Assembleia nomear o seu representante para dela fazer parte, reactivando-a. Portanto, é reactivar a comissão de acompanhamento da Leirisport. É assim senhor deputado? Pronto, que se crie de novo uma comissão de acompanhamento da Leirisport nos mesmos precisos termos e com a mesma composição. Ficou claro? Pretendem discutir esta proposta? Não!

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a proposta e reactivar o funcionamento da comissão de acompanhamento da actividade da Leirisport, E.M, composta por um representante de cada grupo municipal.**

Eu peço aos grupos partidários representados na Assembleia, que me façam chegar os nomes para todas estas comissões, para que depois eu designe quem lidera as comissões, porque obviamente não é a Mesa da Assembleia Municipal.

O deputado Vitorino Vieira Pereira tinha deixado em cima da Mesa uma Moção que não leu. É uma moção subscrita por todos os grupos partidários e passo a ler:

**MOÇÃO**



*Construída no final do século XIX para servir as populações e as cidades ao longo do litoral, a linha ferroviária do Oeste encontra-se obsoleta e corre o risco de desaparecer.*

*Considerando que,*

- Apesar das diversas promessas por parte da administração central, a Linha do Oeste nunca foi modernizada;*
- Ao longo das últimas décadas a CP tem vindo a cortar ligações na Linha do Oeste, reduzindo a oferta do transporte ferroviário, contribuindo para tornar esta linha cada vez mais obsoleta para passageiros e residual nas mercadorias;*
- Numa época em que as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), serve para justificar a urgência de opções com mobilidade em favor de modos de transporte menos poluentes (como a ferrovia), é inaceitável que se assista, silenciosamente, ao estrangulamento de uma linha ferroviária, que poderia e deveria ser uma alternativa às várias opções rodoviárias;*

*Considerando ainda que,*

- O Concelho de Leiria é servido pela linha ferroviária do Oeste;*
- A linha do Oeste tem um papel importante no transporte interurbano e regional de passageiros e mercadorias, que deve ser incentivado e potenciado;*
- Ao longo dos anos, várias têm sido as promessas da administração central com a requalificação da Linha do Oeste.*

*A Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 26 de Fevereiro de 2010, delibera, reclamar ao Governo a realização de um conjunto de investimentos estratégicos para a Linha do Oeste, no sentido de garantir:*

- 1 – A requalificação da infra-estrutura no sentido da sua duplicação, electrificação e correcção do traçado, visando, a melhoria da circulação de comboios de passageiros e de mercadorias;*
- 2 – Um serviço de transporte, com adequados níveis de frequência, conforto e qualidade, que sirva os concelhos que a linha atravessa e seja uma verdadeira alternativa ao transporte individual.*

*Se aprovada, esta moção deverá ser enviada à CP, à REFER, ao Ministério das Obras Públicas, Transportes, ao senhor Primeiro-Ministro e aos partidos com representação na Assembleia da República.*



Como digo, tem a assinatura de todos os grupos políticos, através dos seus primeiros candidatos.

Querem discutir a Moção? Não querem! Vou pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar a presente Moção. Mais delibera, enviar a mesma às entidades nela referidas.**

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azoia apresentou uma Moção, os considerandos não são votados obviamente, que diz no final o seguinte:

*“A Assembleia Municipal de Leiria reunida a 26 de Fevereiro de 2010 delibera o seguinte:*

*1 – Manifestar ao actual Governo através do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e à E.P. a necessidade urgente de se iniciarem as obras de desobstrução do troço da estrada que permite a ligação do lugar de Azoia ao I.C.2 e da construção definitiva do suporte de terras a montante da rotunda de forma a evitar mais deslizamentos.*

*2 – Dar conhecimento desta moção ao Senhor Governador Civil de Leiria, solicitando a sua intervenção na rápida resolução da obra de modo a ficarem restabelecidas as normais acessibilidades e acautelada a segurança de pessoas e bens.”*

Querem discutir a Moção? Não querem, vou pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar a presente Moção. Mais delibera, enviar a mesma às entidades nela referidas.**

O senhor deputado Leonel Costa deixou aqui uma Moção que está ainda muito em esboço mas cujos termos essenciais podemos perfeitamente considerar suficientes para, se assim o plenário o entender, votar.

No seguimento da intervenção desse deputado, propõe-se que:

*“Seja constituída uma comissão por parte da Assembleia Municipal, que em coordenação com o NERLEI faça as diligências necessárias junto da EDP,*



*entidade reguladora dos serviços de electricidade, com vista à tomada de posição sobre os prejuízos para as empresas e particulares, e consequentes atitudes futuras por parte da EDP”.*

Tem a ver com as sucessivas quebras de energia eléctrica. Em síntese, o que se propõe, é uma comissão nossa que trabalhe juntamente com o NERLEI, no sentido de contactar a EDP. Claro que se aprovarmos este texto, eu peço ao senhor deputado Leonel Costa que elabore, respeitando esta ideia, e que converta depois numa proposta que possa ser remetida por ofício à EDP.

Querem discutir a proposta? Posso pôr à votação?

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar a presente Moção. Mais delibera enviar a mesma à EDP, entidade reguladora dos serviços de energia.**

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Terminados todos estes pontos, eu daria a palavra ao senhor Presidente da Câmara para, se assim o entender, responder às várias questões em relação às quais foi interpelado no período de “antes da ordem do dia”.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Boa noite a todos!

Gostava de fazer aqui referência a três ou quatro situações. Uma delas, no dia 16 de Março, às 16.00 horas, nesta mesma sala, vai haver uma reunião com as Estradas de Portugal e a L.O.C, por causa do plano de expropriações e das formas de circulação do I.C.2. Tenho aqui uma comunicação recebida ao final da tarde, da Protecção Civil, dando conta que a situação particularmente grave se verifica a partir das cinco horas desta madrugada, portanto está próximo, com previsão de rajadas de vento com cento e setenta quilómetros.

Só queria fazer aqui uma ligeira abordagem, penso que já se falou demasiado e que há demasiado desconhecimento também em relação àquilo que são estudos, que são projectos, que são informações prévias.

Aquilo que foi aprovado na autarquia foi um pedido de informação prévia. Como é óbvio não é um projecto, mesmo esta informação prévia, fica condicionada a muitas coisas. E, só pedia, para quem gosta e quem tem oportunidade de ter



acesso às actas, para ler a acta dessa mesma reunião do dia 09 de Fevereiro, e já agora também a do dia 8 de Julho de 2008, onde também se aprovou, por unanimidade, o projecto para a Rodoviária, e será curioso ver o que é que foi aprovado, nomeadamente que fossem efectuadas as diligências necessárias à compatibilização dos estudos do PP3, com uma intervenção do tipo da proposta. E que eu saiba, não tenho conhecimento que tenha havido discussão pública, mas nós até estamos disponíveis para que a comissão faça o acompanhamento, nós queremos o apoio, queremos ouvir mais gente, é o que andamos a fazer e não temos qualquer problema nisso. Nós fomos eleitos para resolver problemas e não para criá-los. E portanto, dentro daquilo que é estritamente a lei e a competência da lei, estamos cá e também contamos convosco nesta apreciação. Diria também, para fazer um pequeno esclarecimento à senhora deputada Laura Esperança, do que me foi dado a conhecer, que acompanhando dois elementos do seu executivo, estive numa reunião no serviço de obras a apreciar o projecto e sabemos bem o que na altura afirmou.

Queria também aqui dar nota ao senhor deputado Manuel Carvalho que há um compromisso com as Estradas de Portugal de que, assim que o tempo o permitir, avançar com aquela obra, temos andado em simultâneo a fazer os contactos para aquele efeito e portanto, é essa a situação.

Senhor deputado José Cunha, também nós na Câmara estamos a contactar todas as entidades quando queremos intervir nalguma estrada, precisamente para evitar este tipo de problemas que tem havido muitas vezes, com a autarquia a fazer beneficiação e passados dois ou três meses haver uma qualquer entidade a criara essas rupturas.

Quanto à intervenção do senhor deputado Carlos Guerra, deve saber mais do que eu, seguramente, já fala em vendas. Aquilo que é sabido e público, vem do mandato anterior, é a aceitação de um protocolo de intenções, para fazer um estudo de integração numa nova empresa pública dos municípios nossos vizinhos, e Leiria inclusive. Portanto, é um protocolo de intenções, para fazer uma empresa pública com as Águas de Portugal. Na altura devida dar-se-á conta das diligências e das decisões que tiverem que ser tomadas pelo executivo e não é obviamente só por um grupo restrito, seja em que órgão for.



Também queria dar conta que o problema que colocou da suspensão de horas extraordinárias dos bombeiros, é um problema que resulta de uma avaliação jurídica à ilegalidade daquilo que estava a ocorrer, e posso dizer, só para mera comparação que no mês de Janeiro de 2010, porque tinha sido nossa preocupação o montante de horas extraordinárias que a autarquia suporta, o ano passado calcula-se em mais de duzentos mil euros o montante de horas extraordinárias, e portanto em Janeiro o total foi de vinte e um mil seiscentos e cinquenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos, dos quais onze mil e setecentos, números redondos, respeitantes aos bombeiros, onde todos os meses é apresentado o mesmo montante, trinta horas extras, a serem pagas pela autarquia, e nós temos que ponderar dentro daquilo que estipula a lei, se esta mesma situação não será um problema de necessidade de reorganização. Para dizer que, se em Janeiro pagámos vinte e um mil e seiscentos e cinquenta e sete, no mês de Fevereiro pagámos três mil trezentos e dois. Mas de qualquer maneira darei conta, conforme foi pedido, da avaliação que foi feita e devidamente comunicada ao responsável dos bombeiros municipais.

Queria também dar conta que, em relação à Linha do Oeste, no seguimento da intervenção do deputado Vitorino Pereira, ouvimos esta tarde, e estão aqui algumas pessoas que estiveram presentes nessa conferência, o senhor Secretário de Estado das Obras Públicas dar conta que há uma verba de cento e trinta milhões para renovação da Linha do Oeste, pormenores não foram divulgados obviamente e portanto é uma primeira notícia, não sei se será boa se será má, ela foi dada esta tarde.

Queria também esclarecer dois aspectos ao senhor deputado João Cunha, dizendo que a estrada 1038 que foi objecto de beneficiação não é a dita cuja da contratualização pelo QREN, porque esse projecto está a ser revisto, vai demorar algum tempo, porque aproveitámos não só para melhorar o próprio projecto em si, nomeadamente na área urbana, criar passeios também, mas também para aproveitar renegociar com o Município de Pombal, coisa que não tinha sido feita, porque durante alguma distância da estrada faz fronteira com Pombal, e portanto fará todo o sentido, em termos de justiça, que a Câmara de Pombal naquele espaço possa também pagar 50% da intervenção que vier a ser executada mais para a frente.



Dizer-lhe também que, o problema da ADESBA é um problema que se conseguiu resolver num curto espaço de tempo, e não vale a pena deixar frases soltas porque realmente a ADESBA tinha o projecto em curso há onze anos que ninguém o conseguia resolver. E realmente com a colaboração, até de elementos da própria Câmara e da própria vereadora que está aqui, não tenho problema nenhum em assumir isto, foi possível ultrapassar as dificuldades que eram criadas naqueles anos todos e fazer aprovar o projecto. E naturalmente que ao nível do POPH em que muitas associações, muitas instituições do Concelho apresentaram candidaturas, só duas no distrito foram contempladas, salvo erro uma Benedita e outra em S. Martinho do Porto, e portanto aquilo que de certa maneira se tentou é que houvesse alguma justiça e portanto no PIDAC aparece uma verba, para o ano de 2010, de duzentos mil euros, se a memória não falha. Dizer também que em relação à situação do que temos vindo a gerir, só para fazer aqui um apontamento final, é muito fácil gerir as coisas quando temos recursos, e quando temos dificuldades, porque está tudo assumido, sabemos que é muito mais difícil. Tenho dito isso publicamente e portanto são realidades, não estamos a tentar deturpar informação, mas também não deixo aqui de lamentar as surpresas que vamos tendo, porque ainda a semana passada apareceu o representante de uma família, evocando um protocolo, celebrado em 2002, de aquisição de terrenos para o Estádio, e que até hoje ainda não foi pago, e foram quinhentos e treze mil euros a que acresce a construção de uma moradia ou de um apartamento, com um valor que se estima em duzentos e cinquenta mil euros e portanto e estamos aqui a falar de qualquer coisa como oitocentos mil euros que não estávamos a contar.

Por último, nós queríamos no dia 22 de Março às 21.00 horas, isto agora para os senhores Presidentes de Junta de Freguesia aqui presentes, convidá-los, embora depois sigam os respectivos convites, para que pudéssemos aqui reunir para debatermos alguns dos assuntos que nos atormentam também e que queremos, em conjunto, tentar fazer essa reanálise e procurarmos o melhor caminho a seguir face às disponibilidades que viermos a ter.

Tenho dito senhor Presidente!

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor Presidente.



Terminado este período, vamos passar ao período da Ordem do Dia.

## **ORDEM DO DIA**

**1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;**

### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor Presidente deseja dar alguma explicação sobre este ponto? Não quer.

Senhoras e senhores deputados, alguém quer algum esclarecimento do Presidente da Câmara sobre estes dois relatórios?

Não vejo ninguém inscrito, este ponto é só para apreciar, não tem votação.

**A Assembleia Municipal de Leiria, delibera, tomar conhecimento do Relatório do Presidente da Câmara sobre a actividade do Município e Relatório Financeiro.**

**2. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS NO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL – Apreciação, e votação;**

### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Temos que eleger um representante das Freguesias, não sei se há propostas?

Há apenas uma proposta na Mesa, com o nome de Manuel Bernardes Carreira da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Cortes, a proposta é subscrita pela deputada Odete João, do Partido Socialista. Tratando-se de uma proposta com um nome teremos de fazer uma votação secreta. Eu sugeria que passássemos esta votação para o final, se os senhores deputados concordarem.

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea e), do n.º 2 do artigo 157º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, delibera, por maioria de votos obtidos na Lista A e única, nomear como representante das Freguesias do Concelho de Leiria, Manuel Carreira Bernardes da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Cortes.**

**3. NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Apreciação e votação;**





***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Aqui não temos que eleger nada, a proposta está no site, foi distribuída, não sei se eventualmente o senhor Presidente ou o senhor vereador da Educação pretendem usar da palavra para apresentar este ponto, penso que ele mantém exactamente a mesma estrutura do anterior em termos de representantes.

Pretendem discutir senhores deputados?

Não pretendem, vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 4 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, delibera por unanimidade aprovar a proposta da Câmara Municipal e nomear o Conselho Municipal de Educação nos termos constantes da mesma.**

**4. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS E ESPAÇOS VERDES. ACTUALIZAÇÃO DOS VALORES DO FUNDO MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor Presidente da Câmara querera apresentar-nos este ponto?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Conforme foi também recomendado na última Assembleia, tentámos ver se era possível podermos recuperar algum do dinheiro que, a pretexto deste fundo, pudéssemos contemplar. Entretanto fomos alertados para a situação de que havia, nalguns casos, diferenças em relação àquilo que era a base de trabalho e portanto tentámos perceber o que é que se estava a passar. E o que verificámos foi que a base de trabalho era um mapa de 2005, que depois em 2007 e 2009 foi objecto de correcção, nalguns casos de 2%, depois passou a ser de 5%, e portanto aquilo que se entendeu agora, pelo menos neste fundo, tivesse em relação à proposta que aqui foi feita e para manter esta correspondência, fosse objecto de uma actualização de 5% que podemos neste momento contemplar. É



a actualização desse valor em 5% para podermos de certa maneira, sabemos todos que é insuficiente, mas é aquilo que nós podemos neste momento disponibilizar para as Juntas de Freguesia.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Alguém quer questionar a Câmara ou discutir a proposta?

Faça favor senhor deputado Arlindo Brites.

***DEPUTADO ARLINDO BRITES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO ARRABAL)***

Boa noite!

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores!

Na última Assembleia Municipal, eu abordei aqui o senhor Presidente da Câmara para esclarecer a diferença que existia entre o valor anunciado, que seria um corte de 10% na verba, e o valor efectivo que estava proposto. E nessa altura o senhor Presidente esclareceu que o corte era efectivamente de 10%, aliás, na acta da Câmara está mesmo um corte de 10%. Deve haver aí algum lapso.

Ora o valor que está proposto nesta grelha, que faz parte dos documentos, no que respeita à Freguesia do Arrabal, tem um corte de 11,16%, depreendi agora pelas palavras do senhor Presidente que já não seriam os 10% mas apenas que seria feita uma actualização no valor de 5%.

Eu punha a questão, ao senhor Presidente, se de facto são os 10% ou não, ou se é apenas uma actualização de 5% e fica por isso mesmo. E se o senhor Presidente retira aquilo que afirmou na última Assembleia, porque eu sinceramente, depois do esclarecimento que o senhor Presidente da Câmara deu na última Assembleia Municipal e que passámos a seguir à votação, eu, em consciência, votei aquele valor e não os 15,4%, porque o esclarecimento foi antes da votação, e como eu com certeza que todos terão votado assim. Fiquei surpreendido, porque tive que assinar o protocolo referente à Junta do Arrabal com um valor diferente daquele que tinha sido aprovado aqui. Muito obrigado.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor deputado.



Mais alguma intervenção? Não havendo, dou a palavra ao senhor Presidente para responder.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Aquilo que eu referi há pouco, posso não ter sido bem entendido, é que na base de 2005 cortou-se 10%. Entretanto fomos alertados por alguns Presidentes de Junta que o valor era superior, nós desconhecíamos, porque nem houve alterações dos protocolos nem vieram à Assembleia e portanto temos aqui uma licitação que é melhor esquecer, para não haver outro tipo de complicações, aquilo que nós dissemos foi que, face às chamadas de atenção para as colecções que foram feitas num ano de 2% e no outro passaram todas para 5% em relação à base de 2005, decidimos regularizar isto tudo com o aumento da tal base de 2005, com o corte de 10%, mas agora com a majoração em 5% para compensar aquilo que vocês recebiam. Porque se forem ver o mapa de 2005 têm que comparar esse mapa com o que foi aqui aprovado em Câmara e aprovado aqui. Só depois de alguns terem alertado, e não há deliberação nenhuma da Assembleia nesse sentido, é que se percebeu que tinha havido entretanto aumentos de 5%. Portanto, há que comparar a base de 2005 e ver efectivamente com o acréscimo dos 5% que na altura não foram considerados, qual é efectivamente a diferença, se vai dar ou não os 10%.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Tem a palavra o senhor deputado Arlindo Brites, Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal.

***DEPUTADO ARLINDO BRITES (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO ARRABAL)***

Arlindo Brites, Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal.

Eu compreendo a explicação do senhor Presidente da Câmara, a que está a dar neste momento, ou seja, que a base de trabalho neste momento é a tal tabela de 2005, mas na última Assembleia, e passo a ler o que está na acta, dito pelo senhor Presidente: "O corte é mesmo 10%, deve haver aí algum lapso, porque é o valor que foi determinado o ano passado...", não diz o valor determinado no ano de 2005. Portanto, o ano passado estaríamos a falar do ano de 2009, "os critérios são os mesmos e fez-se um corte igual para todos de 10%...".



Portanto, aquilo que eu aprovei em consciência na assembleia anterior, foi um corte de 10% na verba de 2009, o que a minha consciência diz é isto.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

A única base de trabalho existente, que foi protocolado, e que veio aqui à Assembleia para autorizar é a de 2005, têm que ser feitas as contas a partir daí.

Já agora, quero acrescentar o seguinte:

Nós estamos a pedir a confirmação de todos os dados que sustentam a forma de cálculo num dos protocolos e num dos fundos, porque fomos alertados para erros em duas Freguesias. Há uma Freguesia em que a sua base de cálculo, em termos da sua área, é vinte e nove quilómetros quando na verdade só tem dezanove. Portanto, é natural que no próximo ano vão aparecer correcções. E mais não diria por agora.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Mais alguém pretende discutir esta questão?

Não havendo vamos passar à votação deste ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com três abstenções, aprovar os presentes protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia e a actualização dos valores do respectivo fundo municipal.**

O senhor deputado João Cunha pretende fazer uma declaração de voto? Faça favor!

***DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)***

João Cunha, PSD.

Face às questões que foram aqui suscitadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal, e porque os esclarecimentos que o senhor Presidente da Câmara aqui deu não me parecem consistentes em relação às questões que lhe foram colocadas, em consciência não me considero suficientemente documentado para votar favoravelmente a proposta do Município, sendo certo que ela é relevante para as freguesias e portanto, também não iria votar contra. Mas de qualquer forma, dado que me parece que a situação não está devidamente esclarecida, daí eu ter-me abtido nesta votação. Muito obrigado.



***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Eu pedia às pessoas que pretendem fazer uma declaração de voto, por uma questão de respeito ao seu pensamento, para elas é bem entendido, é melhor que façam chegar as declarações de voto escritas, talvez seja preferível.

***DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)***

Ana Paula Silva, Independente na lista do PSD.

Eu também me abstive nesta votação, exactamente porque a minha consciência me diz, e perdoe-me senhor Presidente da Câmara aquilo que vou dizer, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal votou induzido em erro. Nas contas, ele pensou tal e qual como eu pensei, e tenho essa marcação feita nos meus apontamentos, que o valor do corte de 10% se referia exactamente ao ano anterior, 2008 penso eu, e não ao protocolado em 2005. Acho que não foi correcto. Eu não direi que seja uma inverdade, mas há qualquer coisa aqui que não está bem esclarecida. Deveria ter sido dito aos Presidentes de Junta, que o trabalho seria feito ou que o corte seria feito sobre aquilo que foi protocolado em 2005 também, tal e qual como está a ser agora a majoração feita também relativamente a 2005.

Portanto, acho que a minha declaração de voto não é porque os senhores Presidente de Junta não merecessem muito mais, porque merecem, são quem está junto do povo, é quem tem essa preocupação logo no primeiro embate, mas exactamente porque não concordo que não tenha havido este esclarecimento relativamente aos anos protocolados. Obrigada.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhora deputada.

Vamos passar ao ponto n.º 5.

**5. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE MONTE REAL E SANTA EUFÉMIA. ALTERAÇÃO DOS OBJECTOS -  
Apreciação, discussão e votação;**

Senhor Presidente da Câmara pretende apresentar o ponto?



***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Trata-se de alterações de objecto que têm que vir à Assembleia para podermos pagar as obras já efectuadas.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Alguém pretende questionar o Município?

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar as alterações aos objectos dos protocolos de delegação de competências das Freguesias de Monte Real e Santa Eufémia.**

**6. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE POUSOS PARA REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS DE 2009. ALTERAÇÃO AO OBJECTO DO PROTOCOLO – Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor Presidente da Câmara pretende apresentar o ponto?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

É a mesma situação do ponto anterior.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Alguém pretende discutir? Não. Vou pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar a alterações ao objecto do protocolo de delegação de competências da Freguesia de Pousos.**

**7. ADENDA AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS “MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESCOLAS DO 1º CICLO E PRÉ-ESCOLAR” – Apreciação, discussão e votação;**

Senhor Presidente da Câmara quer apresentar?



***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Eu peço autorização para ser o senhor vereador Gonçalo Lopes apresentar este assunto.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Faça favor senhor vereador.

***GONÇALO LOPES (VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO)***

Boa noite.

Gonçalo Lopes, vereador.

Esta adenda resulta de uma dificuldade que nos deparámos, perante algumas situações de reparações de alguns equipamentos eléctricos, em que a reparação custa mais do que a aquisição de um novo equipamento. E portanto, como já houve situações em que algumas Juntas compraram cilindros e outros equipamentos eléctricos, e que não houve, à luz do anterior protocolo, a possibilidade de pagar, com esta adenda essas facturas poderão ser possíveis de ser pagas ao abrigo deste protocolo e portanto é mais uma maneira de podermos resolver algumas situações mais emergentes. Chamo a atenção que esta adenda terá que ser naturalmente aprovada depois nas vossas assembleias de freguesia, devidamente assinada e devolvida à Câmara para produzir efeitos. Assim como também, o protocolo das Juntas de Freguesia para a manutenção das vias e dos espaços verdes, para termos a situação devidamente regularizada.

Chamar a atenção que relativamente ao protocolo que ainda há pouco o senhor Presidente apresentou, das delegações de competências para as vias, que os protocolos tinham uma duração de um mandato de cinco anos. E foi nessa perspectiva, que o protocolo que estava em vigor era o de 2005, foi aí que iniciou o mandato, e foi a partir dessa base que se fez o corte de 10%. O que é que aconteceu? Durante os quatro anos do mandato esse protocolo nunca veio à Assembleia para ser melhorado e para serem aprovados os respectivos acrescentes, coisa que estamos a fazer hoje. E é nossa consciência que é assim que se está a cumprir legalmente com as actualizações dos protocolos. E portanto nós partimos daquela base de 2005 conscientes que era aquele protocolo que estava em vigor.



Quando somos confrontados, aqui na Assembleia Municipal, com o facto de dizerem que não cortámos 10% mas cortámos 15% ou 14%, etc., percebemos que alguma coisa não estava certa, e o que se fez foi pegar-se no valor de Outubro de 2009, e de facto confirmámos que não batia certo com o protocolo que tinha sido aprovado em Assembleia. Portanto, o que se preparou foi uma rectificação a isso. Daí as Juntas terem agora mais dinheiro do que tinha sido aprovado na Assembleia de Dezembro, cumprindo assim com aquele preceito de que efectivamente iríamos cortar 10% daquilo que estava a ser pago em Outubro de 2009. Foi a última prestação que as Juntas receberam relativamente às transferências. Era só este o esclarecimento senhor Presidente.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Muito obrigado senhor vereador.

Alguém pretende mais algum esclarecimento ou questionar a proposta? Não.

Vou colocar à votação esta adenda a este protocolo.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar a adenda ao protocolo de delegação de competências para conservação e manutenção das escolas do 1º ciclo e pré-escolar.**

**8. REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DAS FEIRAS DO CONCELHO DE LERIA – Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

O documento consta do site, foi distribuído, pergunto quem pretende usar da palavra para discuti-lo?

Senhor deputado Carlos Guerra faça favor.

***DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)***

Carlos Guerra, PCP.

Eu tenho várias dúvidas relativamente à forma como está redigido o regulamento. Em primeiro lugar eu acho que a Câmara deveria publicar o plano anual de feiras que vem previsto no artigo 4º, e só depois é que deveria vir o regulamento. Isto levanta-me algumas questões, por exemplo: A feira de Monte





Redondo é em terreno da autarquia/Junta de Freguesia não é? É da Câmara? É privado? Mas quem é que promove a feira? É a Junta de Freguesia!

Há aqui umas contradições e por isso eu acho que isto devia ser muito bem estudado e esclarecido e eu tive muito pouco tempo para estudar este regulamento. Logo no artigo 1º, disciplina o funcionamento das feiras, mas deveria ser não do concelho mas do Município, temos que nos habituar muito a esta palavra, é porque realmente vem como definição de feira "*o evento autorizado pela respectiva autarquia*", ora a Junta de Freguesia é uma autarquia também. Eu propunha que realmente, para ter mais tempo para estudo, que isto viesse na próxima sessão, e depois, diz que "*é proibida a venda de bebidas alcoólicas a menos de setenta metros dos recintos escolares...*". Eu acho que isto é muito poucos metros! É uma proposta que eu deixo, que seja retirado e que possa vir à próxima Assembleia.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Mais alguém pretende usar da palavra?

Não vejo mais ninguém com vontade de se inscrever, eu terei que pôr à votação a proposta apresentada pelo senhor deputado Carlos Guerra, ou seja, no sentido de ser retirado da ordem de trabalhos este ponto, a menos que a Câmara Municipal queira tomar qualquer iniciativa a esse respeito.

Faça favor senhor Presidente.

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Senhor Presidente, nós em relação a este tipo de leis locais, chamemos-lhe assim, queremos que eles estejam sempre o melhor elaborado possível, para evitar que haja leituras deturpadas. Não vemos qualquer inconveniente em que ele possa vir à próxima Assembleia. Agora agradecemos que, quem quiser, a tempo e horas, nos remeta os contributos quer para este quer para o outro que vem a seguir. Não temos qualquer espécie de problema nisso.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Mas a Câmara retira este ponto da ordem de trabalhos?

***PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)***

Podemos retirar, se houver contributos que venham melhorar isto podemos efectivamente retirar.



***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Bom, não havendo uma posição inequívoca da Câmara a este respeito, eu terei que perguntar à Assembleia se é esse o seu entendimento e se se deve retirar o ponto. É melhor assim.

Eu compreendo a resposta do senhor Presidente da Câmara, a responsabilidade está endossada para a Assembleia. Antes de passarmos a discutir a questão ou de votarmos o documento, parece-me que o mais correcto será votarmos a proposta que é apresentada pelo senhor deputado Carlos Guerra. Se entendermos que o documento não é retirado, a seguir votá-lo-emos, se entendermos que é retirado não podemos votá-lo. Concordam com esta metodologia? Vamos então votar não o documento, mas a proposta do senhor deputado Carlos Guerra, no sentido de o documento não ser votado hoje e ser adiada a votação.

Quem entende que o documento deve ser votado hoje?

Inequivocamente não é a posição da Assembleia e portanto a votação deste documento fica adiada para a próxima sessão.

**A Assembleia Municipal de Leiria delibera retirar da Ordem de Trabalhos desta sessão a apreciação do presente regulamento.**

**9. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;**

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Foi distribuído também, está no site.

Senhor deputado Paulo Pedro faça favor!

***DEPUTADO PAULO PEDRO (PS)***

Paulo Pedro, Partido Socialista.

Subi a esta tribuna só para apresentar uma proposta de alteração a este projecto de regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Leiria.

Esta proposta de alteração recai unicamente sobre o artigo 4º do projecto de regulamento e tem a ver com a sua composição. E assim entendíamos que deveria ser alterada a alínea b) relativamente à constituição pelos Presidentes de Junta de Freguesia. E, logo aqui, fazíamos a recomendação que deveriam fazer parte os Presidentes de Junta de Leiria, Marrazes, Coimbra e Santa Eufémia.



Isto porque já no passado, no projecto de regulamento, iam as freguesias nomeadas e evitam aqui depois votações a seguir, o projecto teria que ir depois para o Conselho e depois tinha que vir aqui outra vez para a eleição e portanto assim obviava-se essa questão. Na alínea i) do artigo 4º, não se eliminava o representante do Centro de Atendimento à Toxicodependência uma vez que outro organismo na dependência da mesma instituição, que é o IDT, já faz parte deste Conselho Municipal.

E por último, na alínea k), há só um termo que não estava correcto, que dizia "*um representante eleito por cada grupo representado na Assembleia Municipal*", e aquilo que se propunha é que não fosse eleito, e fosse um representante designado por cada grupo representado na Assembleia Municipal, o qual pode ser ou não membro deste órgão. Eram estas as alterações que o Partido Socialista propunha, penso eu que para melhorar este projecto de regulamento. Deixo na Mesa esta proposta. Obrigado.

#### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Portanto, se bem entendo, o que se propõe, e vale a pena clarificar a metodologia de funcionamento da aprovação do regulamento do Conselho Municipal de Segurança, é o seguinte:

O regulamento do Conselho Municipal de Segurança deve ser aprovado provisoriamente na Assembleia Municipal. Depois, vai ao Conselho Municipal de Segurança, que aprova ou não, a versão que lhe chega da Assembleia Municipal, e depois regressa à Assembleia Municipal para aprovação definitiva.

Se nós aprovarmos com "Presidentes eleitos na Assembleia Municipal", o Conselho Municipal de Segurança que reunir para aprovar o regulamento, não tem esses Presidentes, porque nós não os podemos eleger uma vez que é uma versão provisória. Se escolhermos quais são as Freguesias, de facto, já terá os representantes das Freguesias nesse Conselho Municipal de Segurança. É um facto! Quanto às outras questões parecem-me simples.

Estive a ler, também com atenção, e de facto o Instituto da Droga e da Toxicodependência agora reuniu o CAT, e portanto, há uma organização nova nos sistemas de saúde. Não há problema nenhum. Em vez de "eleito designado", facilita-nos a vida porque não temos de estar a proceder a uma eleição hoje. Se é um de cada grupo, não faz sentido nenhum a palavra eleição.



São as propostas que estão em cima da Mesa, não tenho mais nenhuma. Eu teria que fazer a votação, se ninguém mais tiver propostas, eu adoptaria a seguinte metodologia:

Primeiro pergunto à Câmara Municipal se aceitaria submeter à votação este regulamento que é proposto pela Câmara, já com estas propostas, substituindo o seu texto por estas propostas.

Faça favor senhor deputado.

***DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)***

Vítor Lourenço, do PSD.

Só para dizer que naturalmente estamos de acordo com estas alterações, a senhora deputada Odete João teve o cuidado de partilhar previamente comigo esta questão, penso que devemos ser ágeis nas nossas deliberações e nos nossos regulamentos. De qualquer maneira, queria lembrar, que o regulamento do Conselho Municipal de Segurança é elaborado e aprovado pela Assembleia Municipal e não pela Câmara Municipal. Portanto, não precisamos de mais nada, está escrito, os termos dele estão definidos. Vamos aprová-lo, porque nem sequer tem que baixar à Câmara para qualquer elaboração ou qualquer alteração.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhor deputado, eu aceito o seu ponto de ordem, havia aqui uma regra de elegância da minha parte. A proposta chegou-nos da Câmara Municipal, de facto, ou seja, nós assumimos nessa altura o regulamento como nosso e depois funciona assim. Mas depois ele terá que ser aprovado pelo próprio Conselho Municipal de Segurança.

Já não faço a pergunta à Câmara Municipal, e portanto pergunto aos senhores deputados se assumimos este regulamento como nosso, já com estas alterações ou seja, trocamos os pontos que vêm da Câmara Municipal por estas alterações, e assumimos que a proposta é da Assembleia Municipal. Pode ser assim senhores deputados?

Então vamos votar este regulamento, já com estas propostas no lugar, ou seja, no artigo 4º, alínea d) a menção dos Presidentes de Junta respectivamente Leiria, Marrazes, Coimbrão e Santa Eufémia, na alínea i) eliminamos o Centro de



Atendimento à Toxicodependência, e na alínea k) onde se diz um representante eleito, é um representante designado. Vamos passar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, delibera, por unanimidade, aprovar provisoriamente o projecto de regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Leiria.**

Eu pediria aos partidos políticos que me indicassem os seus representantes por uma razão. Não têm que ser, ao contrário do que tem acontecido noutros casos, os próprios representantes dos partidos nesta Assembleia Municipal, podem indicar quem muito bem entenderem para fazer parte do Conselho Municipal de Segurança. Não tem que ser feito agora, mas agradeço que me informem o mais rápido possível, porque o Conselho Municipal de Segurança entretanto vai ser convocado.

**10. REGULAMENTO DO MOINHO DE PAPEL – Apreciação, discussão e votação;**

### ***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

E agora, senhoras deputadas e senhores deputados, há um erro da minha parte. Eu já pedi desculpa por ele, no email que enviei a todos os membros da Assembleia, mas o senhor deputado Carlos Guerra é que me alertou para esse erro.

Na última Assembleia, nós adiámos a discussão e votação do Regulamento do Moinho de Papel, e eu esqueci-me, o esquecimento é um defeito e uma qualidade própria do ser humano, e quando ele me chamou a atenção já tínhamos ultrapassado os prazos. O Edital já tinha sido divulgado, e portanto, se alguma deputada ou algum deputado suscitar o problema da legalidade, de discutirmos hoje aqui esse regulamento, ele não será discutido. Não precisamos de fazer uma votação, basta que alguém me diga que não aceita discutir esse regulamento hoje, para ele não ser discutido. Foi enviado com antecedência, tiveram tempo de o ler, mas há aqui um formalismo, é que ele devia ter feito parte do Edital e não fez.



Portanto, em primeiro lugar perguntaria se há alguma deputada ou algum deputado que se oponha a que tomemos hoje uma decisão sobre o Regulamento do Moinho de Papel? Devo dizer que ele já foi, entretanto, enviado a toda a gente com as propostas dos deputados que entenderam fazer propostas concretamente do senhor deputado Pedro Biscaia, do senhor deputado Carlos Guerra, que fizeram propostas de alteração e já estão aí incorporadas. Portanto, o regulamento é aquele que têm presente e foi aquilo no fundo que atrasou a decisão na última sessão.

Volto a perguntar se há alguém que se oponha a que tomemos uma decisão sobre este assunto hoje? Não vejo ninguém com vontade de adiar mais o problema, então está à discussão.

Aliás, devo informar a Assembleia, que o regulamento que me chegou e que foi enviado aos senhores deputados, foi-me enviado pelo senhor vereador da Cultura já com as alterações propostas incluídas. O que significa que a Câmara fez seu o regulamento já com as nossas propostas.

Alguém pretende discutir o regulamento? Não vejo ninguém inscrito e se assim for eu ponho o regulamento à votação.

Quem vota contra o Regulamento do Moinho de Papel tal como ele está agora apresentado?

Quem se abstém?

**A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Moinho de Papel.**

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Eu peço desculpa, mas antes da votação eu deveria ter dado a palavra ao senhor vereador Gonçalo Lopes, para ele dar um esclarecimento, e não o fiz. Assumo o erro. Como não é uma declaração de voto, é apenas um esclarecimento, vou dar-lhe a palavra. Faça favor!

***GONÇALO LOPES (VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO)***

Gonçalo Lopes, vereador.



É só um esclarecimento.

O senhor Presidente falou que o regulamento com as alterações propostas ou sugeridas pelos deputados, nomeadamente pelo deputado Carlos Guerra e pelo deputado Pedro Biscaia, tinha ido a reunião de Câmara mas esse documento não foi a reunião de Câmara, porque não tinha que ir. Ele já tinha ido anteriormente, tinha sido objecto de discussão pública e nós não podíamos em reunião de Câmara provocar aquela alteração, porque se provocássemos a alteração do regulamento, teria que voltar novamente a discussão pública e portanto era uma repetição do processo. Como só a Assembleia Municipal é que tem poderes para alterar o regulamento, daí ter enviado a proposta de regulamento já com os contributos que foram recolhidos junto dos deputados e por isso esta correcção, não foi à reunião de Câmara, foi efectivamente enviado pelo vereador para depois ser submetido aqui à votação. Era este o esclarecimento.

***PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)***

Senhores deputados, creio que a ordem de trabalhos está esgotada, mas ainda temos a votação do ponto n.º 2 para fazer. De qualquer forma, terminada a votação, as pessoas não são obrigadas a ficar uma vez que só há uma lista apresentada.

Eu irei chamar pela ordem da lista de presenças, e a votação é na Lista A, que indica o candidato Manuel Bernardes da Cruz, e depois branco é branco e nulo é qualquer coisa que não seja A.

**(chamada nominal)**

O resultado da votação é o seguinte: quarenta e dois votos no candidato da Lista A, dezoito votos brancos e um voto nulo.



**ENCERRAMENTO**

**E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão eram 01.00 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse o seu teor para a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Técnica, transcrevi e subscrevo. -----**



## **APROVAÇÃO DA ACTA**

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 16 de Abril de 2010 delibera por maioria, com cinco abstenções, aprovar a acta. -----

Leiria, aos 16 dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez. -----

**O Presidente da Assembleia**

Carlos Manuel B. Ascenso André

**A Assistente Técnica**

Teresa Paula Pinto